Quinta-feira, 14 de maio de 2026 **I Série — Número 90**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 13 DE MAIO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima

S U M Á R I O

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

No âmbito do primeiro ponto da ordem do dia foram debatidos, e posteriormente aprovados na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 899/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação do programa Defender Portugal, estabelecendo um regime de voluntariado jovem para a defesa, e 900/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação e implementação do programa Mente Forte, que reforce a saúde mental nas Forças Armadas. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Bruno Ventura (PSD), Alfredo Maia (PCP), Frederico Francisco

(PS), Sandra Ribeiro (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Mariana Vieira da Silva (PS), Pedro Pinto (CH), José Lago Gonçalves (PSD), Filipe Sousa (JPP), Patrícia Gonçalves (L), Bernardo Pessanha (CH), Bruno Vitorino (PSD), Hugo Oliveira (PS), Raul Melo (CH), Martim Syder (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Miguel Rangel (IL), Nuno Simões de Melo (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), João Lopes Aleixo (CH), Patrícia Faro (PS), Liliana Fidalgo (PSD), Fabian Figueiredo (BE) e Rui Paulo Sousa (CH).

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se ao debate anual com o Governo sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea *b*) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional (Nuno Pinheiro Torres) e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), os Deputados Paulo Moniz (PSD), Pedro Correia e Patrícia Nascimento (CH), Edite Estrela (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Filipa Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados, estamos em condições de dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço às forças de segurança o favor de abrirem as galerias.

Pausa.

Srs. Deputados, pedia o favor de se sentarem e fazerem silêncio, para podermos começar.
Passo a palavra ao Sr. Deputado Francisco Figueira, para dar informações.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é apenas para informar a Câmara de que já se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto das iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião.
É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de prosseguirmos, alerto as Sr.as e os Srs. Deputados para o facto de que, no fim do primeiro ponto, teremos votações.
Posto isto, vamos entrar no primeiro ponto da ordem do dia, que consiste na discussão dos Projetos de Resolução n.os 899/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação do programa Defender Portugal, estabelecendo um regime de voluntariado jovem para a defesa, e 900/XVII/1.ª (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação e implementação do programa Mente Forte, que reforce a saúde mental nas Forças Armadas.
Para apresentar as iniciativas, dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Ventura.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A segurança garantida pela Aliança Atlântica e o fim da ameaça representada pelo Pacto de Varsóvia geraram a certeza de que a paz seria um desiderato permanente e irreversível no continente europeu.
O fim do serviço militar obrigatório (SMO) é fruto da mobilização da juventude portuguesa, que rejeitou uma imposição anacrónica sobre o seu futuro, mas é também um reflexo indissociável deste contexto internacional. O fim do SMO trouxe às novas gerações liberdade de escolha e às Forças Armadas especialização. O País passou a ter um serviço militar prestado por vocação e por ambição de profissionalização. Mas não trouxe apenas isso.
É também verdade que, perante a ideia da paz inquestionável, as nossas Forças Armadas passaram a ser tratadas como uma realidade distante, quase invisível. Sabíamos só que funcionavam e, por isso, dispensámos a devida reflexão pública e a atenção que mereciam.
Com a invasão da Ucrânia, em 2022, Putin pôs fim a uma paz que era sentida como perpétua e expôs a incapacidade de dissuasão militar dos Estados europeus. A Europa, por seu lado, reagiu, criando programas conjuntos de aquisição de capacidades militares e financiando, como nunca, a sua indústria de defesa. Os Estados europeus começaram, um por um, a revisitar os seus modelos de recrutamento.
Portugal não pode nem deve ficar alheio a esta realidade. O tempo que vivemos exige um novo olhar sobre as nossas Forças Armadas e a sua relação com a sociedade portuguesa.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — É por este imperativo de futuro que trazemos a esta Câmara o debate sobre dois projetos que entendemos de maior relevância.
O primeiro projeto reflete o cuidado e a atenção merecida para quem decidiu assumir a defesa da nossa comunidade nacional.
Todos sabemos que a condição militar comporta em si uma exigência única, pela intensidade da instrução, pelo imperativo de prontidão, pela quebra de rotinas e ausência familiar ou pela resiliência necessária quando a

atividade militar exige o testemunho de eventos com potencial traumático. Recomendamos, assim, uma revisão exigente da abordagem à saúde mental no seio das nossas Forças Armadas.

Sabemos, no entanto, que a resposta existe, mas existe fragmentada, ramo a ramo, e que atua no âmbito de uma resposta reativa a uma patologia identificada, muitas vezes, em estado avançado. Defendemos, por isso, a criação de um novo programa de saúde mental — um programa uniformizado aos três ramos, de acesso universal, que atue de forma preventiva e próxima, pré- e pós-missão, procurando evitar a evolução de quadros clínicos para uma situação crónica.

Parceiros da nossa Aliança Atlântica optaram por este caminho e, ao cuidarem atempadamente da saúde mental dos seus militares, reduziram significativamente o número e o tempo de baixas prolongadas nas suas fileiras, ao que correspondeu simultaneamente uma melhoria assinalável dos seus níveis de prontidão operacional. O programa canadiano *The Road to Mental Readiness* ou o norte-americano *Targeted Care* são exemplos de sucesso a ter em conta.

O propósito é, sobretudo, de princípio e de justiça. Se exigimos o melhor dos nossos militares e estes entregam excelência, é também tempo de o País lhes devolver, em saúde, os seus melhores cuidados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Outro projeto que trazemos a debate endereça um desafio diferente e mais profundo. São hoje milhares os jovens que cresceram e estudaram a saber muito pouco sobre o papel imprescindível que as Forças Armadas representam na democracia portuguesa, sobre as importantes missões humanitárias ou de manutenção e reforço de paz que lhes são confiadas. Talvez por temerem um compromisso demasiado definitivo, milhares de jovens cresceram sem a oportunidade de prestar um serviço ao seu País ou à sua comunidade, através da instituição militar.

De 2004 até hoje, permitimos que se criasse uma trincheira consciente, que afastou os nossos jovens da defesa nacional. O programa Defender Portugal procura responder, com flexibilidade e atratividade, ao desafio de reaproximar as novas gerações da instituição militar.

Defendemos a criação de um programa cívico-militar de natureza voluntária, de curta duração, 3 a 6 semanas, destinado a jovens dos 18 aos 23 anos, independentemente do seu nível de escolaridade.

É um programa que prevê o reforço de conteúdos de defesa nacional na disciplina de cidadania; um programa assente na liberdade de escolha, que permite uma experiência formativa, ombro a ombro, com os nossos militares; um programa que forma em disciplina, em respeito pelo próximo, em solidariedade entre pares, em serviço e em pertença à comunidade; um programa que compreende instrução militar e prestação de serviço cívico, que permite ao jovem que o frequente poder seguir, a seguir, o seu percurso escolar ou profissional, mas que também garante uma escolha preparada e informada para quem passe a desejar seguir a carreira militar;…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… e um programa que tem associado um pacote de benefícios para os jovens que o frequentarem e concluírem: será remunerado, prevê a obtenção gratuita da carta de condução, bem como a valorização curricular em concursos de acesso a quadros das Forças Armadas e de segurança.

Para que não restem dúvidas, sim, acreditamos que os jovens que entregam o tempo da sua vida ao exercício da cidadania e ao serviço ao seu País devem ser distinguidos e compensados pela decisão que tomaram.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acreditamos que, com este programa, os jovens ganham em enriquecimento curricular e cívico. As Forças Armadas ganham em potencial de atração das novas gerações e reforçam o seu papel de prestígio insubstituível na sociedade portuguesa. O futuro do País ganha, porque reforça a sua coesão nacional.

Sr.as e Srs. Deputados, não temos dúvidas da generosidade dos nossos jovens nem da sua disponibilidade para servir em causas em que acreditam. Essa não é a questão. O que iremos debater hoje é se, em democracia, seremos capazes de os convocar para um desafio, chamado «defender Portugal».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Enquanto o Sr. Deputado chega ao seu lugar, anuncio à Câmara que temos, nas galerias: um grupo de cidadãos do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Odemira; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Cristelo Paredes; um grupo de alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Monte da Caparica; um grupo de munícipes de Vila Nova de Gaia; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária André Gouveia, em Évora; um grupo de 42 alunos e professores da Escola Básica e Secundária Muralhas do Minho; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Inês de Castro, de Vila Nova de Gaia; e 12 jovens da Junta de Freguesia de Vilar do Andorinho, também de Vila Nova de Gaia. Bem-vindos.

Aplausos gerais.

O Sr. Deputado Bruno Ventura tem cinco pedidos de esclarecimento e deu conhecimento à Mesa de que responderá a três e depois a dois.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Ventura, depois de analisarmos as iniciativas da AD e de ouvirmos a sua intervenção só podemos concluir que o PSD e o CDS insistem em apresentar ao País medidas que o País não pediu. Os trabalhadores exigem aumentos salariais e o Governo responde com a descida do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) para as grandes empresas. Exigem também a redução do horário de trabalho e o Governo apresenta banco de horas individuais para que trabalhem mais e à borla.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Exigem estabilidade no emprego e o Governo responde com maior facilitação dos despedimentos. Exigem mais e melhores serviços públicos e o Governo responde transformando cada problema em nova área de negócio para os grandes grupos.

Em matéria de Forças Armadas e defesa, a AD (Aliança Democrática) vai pelo mesmo caminho. Chefes militares, oficiais, sargentos e praças exigem solução para os problemas e para a falta de efetivos; apontam o problema dos baixos salários, o desprezo por uma vida dedicada ao País com cortes, em alguns casos de 90 %, nas reformas e a melhoria das condições das unidades. Mas o PSD e o CDS oferecem 400 € e a carta de condução!…

Com uma mão, votam contra as propostas do PCP para resolver os problemas das Forças Armadas e dos militares. Com a outra mão, assinam projetos de resolução que não lembram a ninguém.

Ó Sr. Deputado, afinal, de onde é que vos veio a inspiração para estas ideias?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Da União Soviética!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Pergunto, até quando vão continuar a ignorar os problemas e a rejeitar as soluções que os militares — sim, os militares — apontam para resolver os problemas das Forças Armadas?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um segundo pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, as políticas de defesa exigem responsabilidade e ponderação e é sempre dessa forma que o PS se coloca neste debate.

Reconhecemos a necessidade de aumentar o envolvimento de toda a sociedade com as matérias da defesa e temos a perceção de que a própria sociedade tem hoje uma consciência muito maior da necessidade desse

envolvimento, sendo evidente que o início da invasão da Ucrânia pela Rússia, em fevereiro de 2022, foi um ponto de viragem importante nesta matéria.

É também por isso que têm surgido múltiplas iniciativas e propostas quer de diferentes partidos quer de diferentes setores da sociedade. Falamos de transformar o Dia da Defesa Nacional numa semana da defesa nacional, falamos da criação de reservas voluntárias, falamos agora da criação de um serviço voluntário, e há quem fale, cada vez mais, do regresso do serviço militar obrigatório.

À partida, não fechamos a porta a nenhuma destas propostas, mas existe um problema de fundo com todas elas. Assim, deixo aqui, em jeito de pergunta, uma nota sobre o programa Defender Portugal, que o PSD hoje apresenta, mas que vale igualmente para as restantes propostas que têm vindo a ser apresentadas. Nós não temos a noção, nem a proposta do PSD esclarece, de qual é a estrutura que é necessário criar nas Forças Armadas, seja em termos de infraestruturas, de pessoal para dar instrução, de recursos financeiros, de alojamento, para conseguir implementar um programa deste tipo que venha a acolher algumas dezenas de milhares de jovens todos os anos — imagino eu, nem sei se isso está quantificado nas unidades militares.

Em segundo lugar, também não temos a noção, nem a proposta é clara sobre isso, de qual é o real ganho em termos de capacidade e de capacitação para as Forças Armadas com um serviço que pode durar entre 3 a 6 semanas.

Aliás, do ponto de vista dos incentivos, não deixa de ser curioso que se proponha como incentivo a oferta da carta de condução quando o Governo aprovou recentemente legislação que prevê a hipótese de se tirar a carta de condução com instrução dada por um familiar, sem necessidade de ir a aulas de condução.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tiras tu, agora!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Portanto, Sr. Deputado, achamos que isto exige muito mais debate e muito mais esclarecimento. Estamos disponíveis para fazê-lo, mas, com franqueza, as propostas não podem ser feitas às três pancadas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sandra Ribeiro, do Chega.

A Sr.ª **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Ventura, esta proposta, aparentemente atrativa, destina-se aos jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos, a quem é oferecida a possibilidade de integrarem, em regime de voluntariado, um programa com uma duração entre 3 e 6 semanas.

Mas suscitam-se algumas dúvidas, nomeadamente a dúvida de como se vai definir se serão 3 ou 6 semanas e também se esse período será suficiente para uma formação militar e cívica séria, bastante para aliciar os jovens, correndo o risco de este programa ser mais simbólico e mediático do que efetivamente transformador.

Depois temos a questão da igualdade e acessibilidade. Pergunto se conseguirão os estudantes trabalhadores aderir a este programa, compatibilizando a universidade e o emprego. Relativamente ao perfil dos jovens, pergunto se estes serão sujeitos a uma inspeção e se haverá critérios de seleção.

Outra questão prende-se com a pressão indireta sobre os jovens economicamente vulneráveis. Será que o pagamento de 439 €, a carta de condução gratuita e a valorização curricular, poderá levar a uma adesão economicamente condicionada? Ou seja, jovens de meios mais pobres poderão sentir-se pressionados a aderir por necessidade prática, enquanto jovens com mais recursos têm uma maior liberdade para recusar. Relativamente à obtenção da carta de condução, pergunto qual o espaço temporal para obtenção da mesma.

Quanto ao programa Mente Forte, todos concordamos que é fundamental a saúde física e mental nas Forças Armadas. Pergunto: como será garantida, na prática, a implementação universal e uniforme deste plano nos três ramos das Forças Armadas, assegurando simultaneamente recursos humanos especializados suficientes, confidencialidade dos militares e ausência do impacto negativo nas suas carreiras, sem aumento da despesa obrigatória?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, muito obrigado pela questão que me colocou.

Sobre onde nos inspirámos, não foi no Pacto de Varsóvia, de certeza.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É, foi no Pacto Molotov-Ribbentrop!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Foi numa sociedade democrática e livre, que precisa de voltar a estabelecer uma ligação entre a comunidade nacional e as novas gerações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Sr. Deputado, não sei que leitura faz da revisão de melhorias salariais. O seu partido fez parte do ciclo de maior desinvestimento salarial e capacitário nas Forças Armadas. O meu partido apoiou um Governo a que correspondeu o maior aumento salarial, em dois anos em funções, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista, percebo a sua preocupação, mas também estranho. Repare bem! O Sr. Deputado diz assim: «Isto é preciso ser estudado. Não é às três pancadas». Estamos a falar da sugestão ao Governo para a criação de um programa de natureza voluntária desenhado pelas Forças Armadas para a juventude portuguesa. Estamos a falar de um novo programa de saúde mental. Para isso, já é preciso haver muitos estudos.

Vou dar-lhe alguns dados de estudos, Sr. Deputado. Primeiro dado de estudo, o Governo do seu partido recebeu umas Forças Armadas com 29 000 efetivos e entregou Forças Armadas com 23 000 efetivos, Sr. Deputado.

Segundo dado de estudo, na vossa Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, com 17 domínios — pasme-se! —, o domínio da defesa era facultativo. Foi o domínio menos lecionado. Passámos a ter milhares de jovens sem um minuto de aulas de cidadania para a defesa, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Deixe-me terminar, dizendo o seguinte: o que mais me gera estupefação é que para um programa voluntário para melhorar a saúde mental através de uma recomendação das nossas Forças Armadas exigem muitos estudos, mas para mudar leis orgânicas que alteram competências de soberania entre o poder executivo e o poder legislativo já pode ser de repente. No barulho das luzes, já se faz aliança com fascistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Frederico Francisco.

O Chega deixa de ser populista e já pode ser feito tudo muito de repente, que não há problema nenhum.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — De aspeto, não! Mas são muito parecidos!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Era a classificação que usavam para as linhas vermelhas, Sr. Deputado Pedro Pinto. Não éramos nós que usávamos. Vocês estavam habituados a essa classificação. Mas para questões de soberania, para o PS, deixou de haver linhas vermelhas com fascistas. A democracia agradece.

Sr.ª Deputada Sandra Ribeiro, não consigo responder a todas as questões, mas vou tentar responder à mais importante que colocou e que tem que ver com o prazo de 3 a 6 semanas ser ou não ser determinante para a formação cívica de um jovem. Eu respondo-lhe nestes termos, os jovens portugueses juram bandeira com 5 semanas de instrução básica: é o juramento mais solene e mais importante das Forças Armadas, Sr.ª Deputada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Ventura, o PSD e o CDS marcaram debate, que é muito importante, sobre a atratividade das Forças Armadas. É um debate importante para o futuro do País não apenas porque as questões de defesa no sentido mais estrito são fulcrais para o nosso País, mas também porque todas as questões de preparação e de prontidão são essenciais para o futuro do País. Contudo, apesar da importância e de este ser um debate estratégico, o PSD e o CDS não trazem nem deixam os outros partidos trazer nada de muito estrutural para resolver a questão da atratividade das Forças Armadas.

Sr.ªs e Srs. Deputados, para melhorar a atratividade das Forças Armadas é preciso, sobretudo, valorizar as próprias Forças Armadas e colocar a defesa como prioridade. Não é com medidas avulsas, mas com medidas estruturais, inclusive de perspetiva de carreira.

Ora, a uma carreira está sempre associado um propósito. E esta questão do propósito é muito importante; um propósito claro e conhecido de todos. A minha pergunta é: que prioridade, que importância é dada à defesa quando o Conceito Estratégico de Defesa Nacional não é atualizado desde 2013?

O mundo mudou muito — aliás o Sr. Deputado Bruno Ventura referiu isso na sua intervenção feita na tribuna —, tanto em termos tecnológicos como em termos geopolíticos, e o Conceito Estratégico de Defesa Nacional continua inalterado desde 2013. Ficou parado no tempo.

O Sr. Deputado disse que o tempo que vivemos requer um novo olhar sobre as Forças Armadas e sobre a sua relação com a sociedade portuguesa. Nós concordamos. Por isso, perguntamos porque é que o PSD votou contra o projeto de resolução que o Livre apresentou na semana passada que recomendava a atualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Não considera que este também é um pilar estrutural para dar prioridade à defesa e às nossas Forças Armadas, bem como ao papel das Forças Armadas no futuro do País? Isso, sim, é um fator de atratividade para as Forças Armadas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bruno Ventura, quando um partido traz projetos ao Parlamento e os quer valorizar, convém responder às perguntas concretas que se fazem sobre esses projetos, em vez de tentar fazer o debate da passada sexta-feira.

Aplausos do PS.

O Partido Socialista traz perguntas sobre os projetos que o PSD apresenta. Gostaria de fazer-lhe duas ou três perguntas diretamente sobre o programa Mente Forte.

Para o Partido Socialista, as políticas de saúde mental são da maior importância. Por isso, nos últimos anos reforçou muitíssimo esta área. Permita-me que lhe diga, em jeito de proposta de melhoria, que o nome Mente Forte não é um bom nome.

Risos da Deputada do PS Júlia Almeida.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É verdade!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Isto porque um dos maiores problemas que existe nesta área é precisamente o problema do estigma. E o problema da saúde mental ou o tema dos problemas psíquicos é que não são sinal de força nem de fraqueza. Por isso, combater este discurso é importante.

Aplausos do PS, do L, do BE e do PAN.

Gostava de lhe perguntar, Sr. Deputado, se este programa que aqui propõem está integrado no esforço mais global da estratégia que existe para o País na área da saúde mental, em particular, ao nível da sua coordenação nacional. Isto porque uma coisa que sabemos sobre os programas que têm sido desenvolvidos é que eles têm corrido francamente melhor quando beneficiam desta articulação e francamente pior quando são casos isolados. É evidente que existe aqui uma especificidade, mas há um benefício que resulta dessa articulação. Portanto, queria perguntar-lhe isso.

Sr. Deputado, sobre o programa lançado para a área das forças de segurança, nesta matéria, não há nenhum sinal de avanço, sendo que o grupo de trabalho já foi aprovado há dois anos. Por isso, as minhas perguntas são se sim ou não esta integração está prevista e se sim ou não retiraram lições do programa lançado para a segurança, para a administração interna, que tem muitos problemas semelhantes aos problemas que aqui se levantarão.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isabel Lopes, agradeço a sua intervenção.

É inegável que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional é o primeiro dos documentos orientadores de uma política de defesa nacional e é estruturante para a defesa para que o resto das ferramentas legislativas e programáticas possam correr. Nós não negamos isso.

Sabemos também que não é revisto desde 2013. Sabemos, no entanto — e o Governo já explicou pela voz do Ministro da Defesa e pela voz do Ministro dos Negócios Estrangeiros — que o Ministro da Defesa trabalhou com as chefias militares, com as instituições próprias, e deixou o documento próprio para avaliação.

Mas isto é em conciliação com o Conselho de Ministros, porque quem define o tempo de apresentação e debate público de um documento tão importante — hoje, ainda hoje — é o Governo.

E repare, o mundo ainda está em mudança. Portanto, se apresentássemos um hoje, amanhã ele poderia estar completamente desatualizado, Sr.ª Deputada.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então, só apresenta quando o mundo estiver parado?!

Risos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, agradeço também a sua intervenção.

Quanto à sugestão de *naming*, é uma questão estética e só posso agradecer. Uma mente saudável e forte é o que desejamos para as Forças Armadas.

Respondendo concretamente à sua questão, é um projeto de resolução que, essencialmente, aborda a forma e o modelo como, para as Forças Armadas, este problema sensível para os militares e para as famílias acontece. Ou seja, pretendemos uma abordagem mais preventiva, mais próxima e inspirada em alguns modelos internacionais, que articule com a família desde o momento zero.

Agora, repare: a ligação de que falou, eu acho que essa decisão, pela especificidade da função militar — e este é um projeto de resolução —, essa regulamentação, nós deixamo-la ao critério das próprias Forças Armadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, dia 13 de maio, Dia de Nossa Senhora de Fátima, permitam-me que comece por saudar todos os peregrinos que foram em peregrinação até Fátima.

Aplausos do CH e do CDS-PP.

Saúdo também todos os militares e funcionários civis que prestam serviço nas Forças Armadas — eles, que muitas vezes se apoiam em Deus com fé e devoção para prestar serviços relevantes à Nação; eles, que honram e defendem a nossa Pátria amada, muitas vezes sem condições, mas nunca viram a cara à luta por um País que amam, que protegem, tendo orgulho na sua bandeira, no seu hino e no seu povo;…

Aplausos do CH.

… eles, que têm o apoio da família, que sabe sempre quando vão, mas nunca sabe quando voltam, ou se voltam.

Este dia e este debate é uma homenagem a todos eles.

Mas porque surge este debate? Será porque o PSD e o CDS estão preocupados com as Forças Armadas e com a falta de jovens?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sim!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

Será porque o PSD e o CDS querem melhorar a vida dos militares?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sim!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não!

Será que querem resolver o problema da redução da reforma dos militares? Ou o problema dos alojamentos não condignos na Base Naval de Lisboa, ou dos veículos degradados?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sim!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também não!

Quiseram foi fazer um número político, quiseram fazer crer que estão preocupados, só que não!

Protestos do PSD.

Reparem: trazem a este debate dois projetos de resolução e não permitiram que os outros partidos pudessem trazer os seus projetos para haver uma discussão séria. Além disso, a grande medida é a possibilidade de tirar

a carta de condução, mas não dizem como ou em quanto tempo; a não ser que seja como aquelas cartas que tiram os TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica), ou até aquelas cartas que vêm do Bangladesh.

Mas vão ainda mais longe: mesmo que estes projetos de resolução sejam aprovados, não garantem que a medida avance. Ou seja, temos aqui uma manobra de distração populista do PSD e do CDS para tapar os olhos, mas sem garantias de nada.

O que a AD quis fazer, uma vez mais, foi vir a reboque do Chega,…

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … porque sabe que nós somos quem comanda o pelotão de apoio aos nossos militares e às nossas Forças Armadas.

Aplausos do CH.

A notícia da semana é que tivemos um ministro deste Governo a questionar a constitucionalidade da medida aprovada pelo Chega sobre a defesa.

Essas declarações não foram de José Luís Carneiro; essas declarações não foram de Pedro Nuno Santos; essas declarações não foram de Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito obrigado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Essas declarações foram, sim, de Nuno Melo — de Nuno Melo, que se tornou o ministro mais socialista deste Governo da AD!

Aplausos do CH.

Risos da IL.

Vozes do PS: — Eh!…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aliás, ele e o Governo deram tanta importância a este debate, que o Governo está aqui todo representado, como podem ver!… Não está cá nenhum elemento do Governo — aí está a importância que deram ao debate da AD sobre defesa.

Aplausos do CH.

O CDS de Adelino Amaro da Costa, que se orgulhava de ter votado contra a Constituição, tornou-se agora o seu principal defensor. Tornou-se um CDS de Nuno Melo que questiona medidas legitimamente aprovadas nesta Assembleia da República e ameaça com o «ferir a Constituição». Nada mais de esquerda!

Nós somos diferentes: estamos do lado certo da história.

Termino, com parte da letra da marcha dos paraquedistas — os nossos boinas verdes —, que um dia um ministro socialista quis proibir que entoassem no 10 de Junho: «Ó Pátria Mãe / Por ti dou a vida / Há sempre alguém / Que não te quer perdida / Ó Pátria Mãe / Reza a Deus por nós / Há sempre um alguém / Nunca estamos sós.»

Viva Portugal, viva as Forças Armadas!

Aplausos, de pé, do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Mesa regista um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado José Lago Gonçalves, do PSD, a quem dou a palavra.

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, vou direto ao assunto e, relativamente à carta de condução, tenho uma pergunta muito simples: o Sr. Deputado faz ideia do custo médio de uma carta de condução em Portugal, hoje em dia?

Protestos do CH.

Sabe que isso é um custo para muitas famílias em Portugal?

Os senhores estão desligados da realidade. A carta de condução é uma ferramenta de emancipação de um jovem em Portugal, é um princípio, e este projeto de resolução dá essa possibilidade aos jovens portugueses.

Aplausos do PSD.

Sr. Deputado, eu tive a oportunidade de ler o Programa do Chega para as eleições legislativas e há muitos pontos em matéria de defesa nacional em que convergimos, nomeadamente a valorização das carreiras militares, que este Governo valorizou, e a atratividade das Forças Armadas para os jovens, mas devo dizer-lhe que, nesta matéria em específico, temos uma diferença muito importante: os nossos projetos são voluntários, não partem de nenhum requisito de obrigatoriedade, como o projeto do Chega sobre a semana da defesa nacional, que vamos ter oportunidade de debater em comissão.

Sr. Deputado, como eu disse, temos um caminho comum a seguir, mas permita-me que lhe coloque uma questão muito direta: está o Chega disponível para aprovar o reforço da prevenção da saúde mental nas Forças Armadas? Está o Chega disponível para aprovar o reforço da atratividade das Forças Armadas às novas gerações, à juventude portuguesa, num programa que é bom para o País, que é bom para os jovens e que é bom para Portugal?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Deputado José Lago Gonçalves, muito obrigado pelas suas questões.

Sim, eu creio que existe um caminho comum, e é bom que exista, na direita portuguesa, um caminho comum para valorizar as carreiras das Forças Armadas. Sim, estamos disponíveis para viabilizar o projeto, particularmente aquele que é sobre saúde mental. Foi pena os senhores não estarem disponíveis quando nós propusemos isso, por exemplo, para as forças de segurança. Era também importante esse projeto, dado o número de suicídios que existem nas forças de segurança. Mas, repito, os senhores não estiveram disponíveis.

Aplausos do CH.

Portanto, apesar desse caminho comum, que é importante, há uma diferença entre nós: é que nós estamos sempre ao lado dos portugueses e os senhores não. Os senhores não estão ao lado dos portugueses.

Depois, o Sr. Deputado disse que andamos desligados da realidade. Sr. Deputado, quem anda desligado da realidade é o PSD,…

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Não!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … que vem aqui fazer este número, com estes dois projetos de resolução, sabendo uma coisa, e eu vou citar um Deputado que deve conhecer bem, que é o Deputado Bruno Ventura, que tem uma coisa boa, tem um apelido bom, que é o apelido Ventura, que acho que é um apelido muito digno…

Risos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

Mas vou citar o Deputado Bruno Ventura, que admitiu não ter garantias de que a medida avance, mesmo que os projetos de resolução sejam aprovados. Ou seja, nós viemos aqui fazer este número todo, o PSD vem com dois projetos de resolução, com o Governo ausente, mas depois, mesmo que estes dois projetos sejam aprovados, o que é que vai acontecer? Eles não serão implementados.

Ou seja, viemos aqui brincar um bocadinho, falar um bocadinho sobre as Forças Armadas, o que é muito importante. Este debate é muito importante para as nossas Forças Armadas — não tenho dúvidas de que, cada vez que falamos das nossas Forças Armadas, é importante para o País —, mas, agora, ao fim e ao cabo, o que é que eles levam daqui, no final deste debate? Não levam nada, porque, mesmo que estas duas propostas sejam aprovadas, não vão ser postas em prática — foram os senhores que já admitiram isso.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Então, aprovem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou seja, não fizeram nada, ao fim e ao cabo. Peço desculpa, mas não fizeram nada!

Nós não; nós aprovámos um projeto de lei que, depois, o Ministro da Defesa veio dizer que pode ser inconstitucional, mas não é inconstitucional, é um projeto de lei que está ao lado das Forças Armadas, é um projeto de lei que é bom para o seu futuro, e é isso que nós defendemos.

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — O que é que isso quer dizer?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É por isso que nós somos diferentes, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de continuarmos, quero anunciar que hoje é o dia de aniversário da Sr.ª Deputada Margarida Afonso, a quem dou os nossos parabéns.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Portugal vive hoje um dos momentos mais exigentes das últimas décadas no plano da defesa e da segurança.

O mundo mudou, a guerra voltou à Europa, as ameaças são reais, permanentes e cada vez mais próximas. Perante esta realidade, o País não pode continuar distante das suas Forças Armadas. Mas defender Portugal não se faz apenas com equipamentos, ou estratégias militares, ou medidas *ad hoc*; faz-se, acima de tudo, com pessoas, com cidadãos preparados, conscientes e comprometidos com o futuro coletivo da nossa Nação.

É necessário e urgente recuperar a ligação entre os jovens portugueses e o serviço ao País, não pela imposição, não pela obrigação, mas, acima de tudo, pela responsabilidade e pelo orgulho em servir Portugal.

Num tempo marcado pelo individualismo e pela indiferença, devemos pugnar pela necessidade de termos jovens mais preparados para enfrentar desafios, mais próximos da realidade do País e mais conscientes do valor da liberdade e da democracia, porque a defesa nacional não começa nas fronteiras; começa na forma como educamos, mobilizamos e valorizamos a nossa juventude. E aqui, tenho de dizer que Portugal falhou.

Há, no entanto, uma verdade que durante demasiado tempo foi ignorada: não existe defesa forte com militares emocionalmente abandonados. Falamos muitas vezes da prontidão operacional, de meios e de capacidade de resposta, mas esquecemo-nos de olhar para quem veste a farda de Portugal, homens e mulheres que carregam pressão, desgaste psicológico, missões exigentes e, muitas vezes, o silêncio.

Por isso, temos de reconhecer que cuidar da saúde mental dos militares é uma questão de dignidade nacional. Prevenção, acompanhamento psicológico, apoio às famílias e combate ao estigma não são luxos; são, acima de tudo, deveres do Estado.

Pedir ajuda nunca pode ser visto como fraqueza; fraqueza é ignorar o sofrimento de quem está disposto a sacrificar a própria vida por Portugal. E quem serve o País merece sentir que o País também está presente quando chegam os momentos mais difíceis.

Um Estado que cuida dos seus militares é um Estado mais forte, mais humano e mais preparado para enfrentar o futuro.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PSD e o CDS, após concluírem a sua, e cito, «reflexão urgente e descomplexada» sobre o modelo de defesa nacional, na sua fúria de tudo mudar porque sim, o que tem para apresentar é a transformação das unidades militares em parques temáticos para jovens e fazer dos militares *coaches* motivacionais em liderança. Ainda falta saber de onde vem tamanha inspiração.

O PCP não aceita que a discussão sobre as Forças Armadas seja um modo para amplificar a propaganda da guerra e a deriva belicista que varre a União Europeia e os Estados Unidos da América de lés a lés.

As iniciativas do PSD e do CDS têm no tema da guerra o pretexto para que a nossa juventude seja atrelada, como acontece com a juventude europeia, às guerras de agressão a outros povos, a que o Governo amarra, de forma infame, o nosso País — isto vindo, para mais, dos que se empenharam afincadamente pelo fim do serviço militar obrigatório a qualquer preço, menos o preço da valorização da condição militar.

É até curioso que os projetos da AD vão em sentido contrário ao diagnóstico feito e até ao discurso do Ministro da Defesa, Presidente do CDS-PP, que afirma que o problema das Forças Armadas não é o recrutamento, é a retenção.

Então, porquê estes projetos? Porque é preciso mostrar serviço para a Europa ver; não são os interesses nacionais e os problemas das Forças Armadas que os motivam.

O que afasta os jovens, e até os menos jovens, das Forças Armadas são os baixos salários, a sobrecarga horária desmedida, as condições das unidades, o desprezo pelas suas pensões de reforma, a limitação desproporcional dos seus direitos fundamentais.

Não são 400 € e a promessa de carta de condução que alteram décadas de desvalorização da condição militar. São salários dignos, reformas, condições de trabalho, valorização dos regimes de voluntariado e dos quadros permanentes, que já existem, e o consequente reconhecimento da formação obtida e a possibilidade de voltar com direitos à vida civil, incluindo a contagem do tempo de serviço no ingresso nos quadros da Administração Pública.

É caso para dizer, como alguém já referiu, que dantes se ia à tropa por obrigação, depois por convicção, e agora é pela carta de condução. Aliás, as Forças Armadas, que não são escolas de condução, não têm hoje condições para corresponder a esta exigência, a não ser que se candidatem apenas meia dúzia de jovens.

O PCP não tem dúvidas de que a juventude portuguesa está empenhada na defesa da paz, da soberania e da independência nacional, e de que necessita condições para servir e contribuir com o seu trabalho para o progresso do País.

O direito ao trabalho com direitos, à habitação, aos mais elevados graus de ensino, à saúde, à maternidade e à paternidade são condições para pôr termo à emigração forçada. Mas os jovens e as Forças Armadas não podem esperar nada disto vindo da AD, e estas iniciativas, Srs. Deputados, são a prova disso mesmo.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos agora ouvir a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, que tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, que deveriam cá estar, mas não estão,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Porquê?!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … Sr.as e Srs. Deputados: Um debate sobre defesa nacional tem de estar para além das respostas imediatas e exige seriedade, visão estratégica e capacidade de olhar para os problemas estruturais das Forças Armadas.

É precisamente neste aspeto que a proposta apresentada hoje pelo PSD e pelo CDS, sobre um regime de voluntariado jovem para a defesa, nos parece claramente deslocada. Atribuir pouco mais de 430 € e apoiar o pagamento da carta de condução a jovens, qualquer que seja a sua formação, não dignifica sequer as Forças Armadas, no seu papel essencial e estrutural para a nossa democracia.

Sim, todos sabemos que Portugal enfrenta, há anos, dificuldades no recrutamento e na retenção de ativos. As próprias chefias militares têm identificado problemas persistentes relacionados com estes assuntos, como o recrutamento e a falta de competitividade salarial face a outras opções profissionais, que levam à perda de pessoal qualificado.

Perante isto, não nos parece que se possa inverter essa tendência, que é estrutural, que se traduz numa atratividade limitada e na perda de ativos, com um programa de voluntariado de poucas semanas para jovens entre os 18 e os 23 anos, independentemente das suas qualificações, como aquele que é anunciado.

É preciso repensar estratégias de recrutamento? Sim, estamos de acordo, mas não é possível reforçar e consolidar os recursos humanos na defesa nacional apenas com campanhas temporárias como esta, quando o número de pouco mais de 24 500 militares no ativo está muito aquém do mínimo legal de 32 000 militares. O rato não pode parir a montanha.

Reforçar a defesa nacional tem de passar pela dignificação das carreiras militares, pelo investimento em capacidade estratégica, pela modernização das infraestruturas e pela definição clara de prioridades para o País; tem de passar pela valorização e profissionalização das carreiras, que envolvem hoje competências muitíssimo diversas e muitíssimo específicas em vários domínios.

Diversas, sim, porque defender o País implica implementar uma visão contemporânea de segurança que passa pela proteção de infraestruturas críticas, pela prevenção de ciberataques, pelo combate à desinformação e pela capacidade de resposta a ameaças híbridas. Além disso, defender o País implica compreender as profundas transformações na natureza da guerra, como a crescente automação dos conflitos, o uso de drones, de inteligência artificial e de sistemas autónomos em contexto militar. É um grande desafio.

Para além disto, precisamos também de garantir capacidade de resposta e apoio direto às populações em contextos de crise. Nos últimos anos, vimos fenómenos climáticos extremos, tempestades, incêndios e falhas em infraestruturas essenciais demonstrarem a importância de existirem meios e recursos humanos suficientes e preparados para atuar rapidamente no terreno, apoiar populações vulneráveis, assegurar comunicações, logística e proteção civil.

Foi precisamente nesse sentido que o Livre defendeu o reforço da prontidão civil e da preparação do País para situações de emergência prolongada, incluindo a necessidade de desenvolver capacidades dedicadas ao apoio às populações.

Por isso, a discussão sobre defesa e sobre o reforço das nossas capacidades nacionais, que incluem os recursos humanos, não pode reduzir-se, de forma alguma, a uma medida avulsa de recrutamento. Portugal continua, por exemplo, sem atualizar o seu Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado em 2013. Estamos, como já foi hoje aqui referido, num contexto geopolítico muito diferente daquele que tínhamos em 2013, e é muito urgente fazermos esta atualização.

Preparar o País para os desafios atuais exige mais do que medidas avulsas como esta — exige planear, coordenar, investir, e exige uma estratégia integrada de segurança e de defesa. Isso não significa ignorar a importância de iniciativas que reforcem a ligação entre a sociedade e as Forças Armadas, bem como iniciativas relacionadas com a saúde mental dos militares, desde que sejam elaboradas com o devido cuidado e nomeadas também com o devido cuidado, o que não acontece com esta iniciativa que nos chega aqui hoje. Esta área, a da saúde mental, é uma área tantas vezes negligenciada, que merece uma maior atenção estrutural, também muito nas Forças Armadas.

Em suma, a defesa nacional não pode ser construída em torno de respostas simbólicas ou conjunturais — não pode! Tem de ser pensada como uma política pública de longo prazo, orientada para a população, para a resiliência democrática, para a capacidade de o País responder a crises complexas que podem ser militares, climáticas, digitais ou híbridas.

Precisamos de menos anúncios avulsos e precisamos mais de uma estratégia consistente para a defesa, para a segurança do País e das nossas populações.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Admito que queira responder aos dois em conjunto.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as propostas do Livre na área da defesa são uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro, é sempre! Ora bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Gostam muito de falar em autonomia estratégica europeia, numa comunidade europeia de defesa, numa Europa mais soberana e numa Europa menos dependente dos Estados Unidos, mas a questão é a de saber se isso é uma posição política ou se é apenas mais uma fórmula bonita para discursos europeístas.

É que a defesa, Sr.ª Deputada, não se faz de *slogans* vazios; faz-se com investimento, com efetivos, com equipamento, com indústria e com coragem política para assumir escolhas difíceis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Portugal tem Forças Armadas subfinanciadas, com problemas graves de recrutamento e de retenção, com equipamentos envelhecidos e com lacunas em áreas essenciais como a defesa aérea, a capacidade naval e a capacidade terrestre.

O próprio diagnóstico dos chefes militares tem sido claro, apontando para fragilidades profundas e um risco de irrelevância militar se o País não fizer uma reforma séria de defesa. Ou aumentamos o investimento em defesa, reforçamos efetivos, modernizamos equipamentos e criamos uma verdadeira economia de defesa nacional, ou então perderemos o comboio de vez.

A pergunta ao Livre é simples. Se defendem uma comunidade europeia de defesa e maior autonomia estratégica europeia, isso tem implicações: implica aceitar instrumentos como o SAFE (Security Action for Europe), que prevê 150 mil milhões de euros em empréstimos para a aquisição de capacidades militares europeias e implica apoiar o equipamento militar europeu, a indústria de defesa e o reforço das capacidades reais dos Estados-Membros. Estão dispostos a aceitar isto? Parece-me que não estão.

O Livre tem muita retórica europeia, muita superioridade moral, muita conversa sobre autonomia estratégica, mas, quando chega a hora de pagar a conta da defesa, o Livre volta atrás.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — A pergunta é simples: querem mesmo uma Europa capaz de se defender, ou querem apenas uma Europa que fale de defesa, sem investir efetivamente na defesa, como andaram estes anos todos a apregoar?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Vitorino, do PSD, para o segundo pedido de esclarecimento.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, o Livre fala, normalmente, com uma superioridade moral sobre todos os temas, e este é mais um. Há uma certa arrogância, do ponto de vista intelectual, de que estão sempre acima dos outros,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! É verdade!

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — … mas eu acho que as pessoas já se aperceberam disso mesmo.

O que é que compete a um partido do Governo, face a uma pesada herança que recebemos do Partido Socialista, em matéria de defesa nacional? Em primeiro lugar, recentrar políticas de defesa naquilo que elas são, dar prioridade a esta área, algo que temos feito, com investimento concreto, com reforço dos Orçamentos do Estado, com o reforço, também, da capacidade de recrutamento e da atratividade das Forças Armadas, com as medidas que já tomámos, nomeadamente a maior valorização de sempre, de que há memória em Portugal, dos salários e complementos dos militares das Forças Armadas.

O que é que não fizemos? O que é que recusamos fazer? Ficar parados sem fazer nada. Fazemos, sim, numa lógica de contributo positivo, para que a sociedade, os partidos políticos, possam discutir esta matéria, porque é, de facto, relevante.

Temos dificuldades de recrutamento. O Partido Socialista deixou-nos o número mais baixo de efetivos nas Forças Armadas, transversal aos três ramos das Forças Armadas. Para além do que já temos feito, e que é muito, procurámos ainda dar um contributo para a reflexão, e temo-lo conseguido, porque pusemos a sociedade a discutir esse mesmo tema — a sociedade tem discutido esta matéria. Há alguns pontos em que pode haver dúvidas? Muito bem, cá estaremos também para os esclarecer, cá estaremos para ajudar.

O que é que esperávamos de quem contesta e de quem tantas críticas faz? Que pudessem dar contributos positivos. É que, efetivamente, quando lemos o vosso programa, nesta área de segurança e defesa, aquilo que mais ressalta aos olhos de todos é «adotar uma política externa feminista, incorporando a igualdade de género e a participação de grupos sub-representados».

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Esta é a vossa grande preocupação. A nossa é voltar a valorizar as Forças Armadas e conseguir aqui mecanismos de atratividade, de recrutamento, para manter aqueles que lá temos, portanto, mecanismos de retenção dos militares das Forças Armadas. É isto que nos preocupa e é para isto que vamos continuar a trabalhar.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — É, é!…

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardo Pessanha — e isto também se estende ao Sr. Deputado Bruno Vitorino —, penso que não devem andar a ouvir os discursos que o Livre tem feito aqui, nesta Assembleia da República, nos últimos tempos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não! Para quê?!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Nem veem as propostas!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Não? Pronto! Nem sequer leem as nossas propostas!

Fico um bocadinho contente, mas só meio contente, porque o Sr. Deputado Bruno Vitorino foi ler o Programa do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Só uma parte!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Foi ler, mas leu-o todo? Só leu um bocadinho!

Protestos do PSD.

Claro que o Livre defende uma comunidade europeia de defesa em complementaridade à NATO (North Atlantic Treaty Organization) — claro que o Livre o defende. Aliás, o que gostaríamos muito era de poder ter trazido hoje as nossas propostas para este debate — o que não foi permitido, não é?! —, para podermos debater as propostas do Livre mais ainda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também tens de ouvir!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Ainda na semana passada, viemos aqui propor a atualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, mas não tivemos resposta.

Então, em que ficamos? O Livre não tem propostas? O Livre não se preocupa com a defesa? Preocupa-se! Preocupa-se com a defesa das populações, do País, do território. Não é só armamento! A defesa é um conceito integrado. O que é que o Sr. Deputado quer? Comprar canhões, mísseis, armas, é isso? E o resto?

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, agora…

Protestos do CH e contraprotestos do L e do PS.

Srs. Deputados…

Continuação de protestos do CH e de contraprotestos do L e do PS.

Srs. Deputados, peço alguma serenidade para podermos continuar os nossos trabalhos.

Tem a palavra, agora, o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há momentos em que as nações são obrigadas a fazer perguntas difíceis.

Perguntas sobre a segurança, perguntas sobre preparação, perguntas sobre quem está disposto a servir a nação quando precisar de ser defendida. Infelizmente, voltamos a viver esse momento na Europa.

O novo contexto internacional obrigou os Estados, a NATO, e a própria União Europeia a reforçarem as suas capacidades de defesa, não apenas de armamento, não apenas em investimento militar, mas também em recursos humanos, em prontidão operacional e na capacidade de as sociedades resistirem aos desafios do nosso tempo.

A verdade é esta: nenhuma nação é forte se não tiver instituições fortes. E nenhuma instituição de defesa é forte se deixar de conseguir mobilizar uma nova geração.

Mas foi exatamente isso que começou a acontecer. Desde o fim do serviço militar obrigatório, a relação dos jovens com as Forças Armadas mudou profundamente. Mudaram as expectativas, mudou o mercado de trabalho, mudou a forma como os jovens olham para a estabilidade, para a carreira e para o futuro. E esta realidade não existe apenas em Portugal. Existe na Europa, existe nos Estados Unidos, existe em praticamente todos os países aliados.

Mas em Portugal existe uma diferença, porque parte deste problema não resulta apenas de mudanças sociais, resulta também de escolhas políticas.

E os factos estão escritos — não são opiniões, são factos —: a reforma Defesa 2020, aprovada pelo PSD e pelo CDS, decidiu reduzir efetivos militares, reduzir pessoal civil da defesa e reduzir estruturas das Forças Armadas. Foi uma escolha. Foi essa a realidade que o Partido Socialista encontrou quando chegou ao Governo.

Protestos do PSD.

E, perante essa realidade, procurou iniciar um caminho diferente, um caminho de valorização da condição militar,…

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Isso é falso!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … um caminho de reforço da defesa, um caminho de responsabilidade.

Mas sabemos que os desafios são muitos e continuam a existir. E é precisamente por isso que este debate importa, porque o mundo mudou e os países inteligentes percebem que não podem responder aos desafios de hoje com respostas desenhadas para o século passado.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — São histórias…!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Vários países europeus começaram já a testar soluções novas, soluções mais flexíveis, soluções capazes de aproximar os jovens das Forças Armadas sem diminuir a exigência da instituição militar.

Nos Países Baixos e na Bélgica existem programas de curta duração e modelos híbridos de participação cívico-militar. Na Bélgica reforçou-se mesmo a ligação ao sistema educativo, através da área curricular *Security and Safety*, criando um primeiro contato entre os jovens e as áreas de segurança e defesa.

Portugal não pode ignorar esta realidade. Apesar dos avanços feitos nos últimos anos, continuam a existir desafios estruturais no recrutamento e retenção de efetivos. E esses desafios têm impacto direto na capacidade operacional das Forças Armadas. Foi nesse contexto que o Partido Socialista apresentou o seu projeto de resolução e também um projeto de lei que institui a lei de programação de efetivos, não para criar manchetes fáceis, não para lançar *slogans*, mas para fazer aquilo que um Estado sério deve fazer — estudar primeiro, avaliar primeiro e só depois decidir com responsabilidade.

Aplausos do PS.

Propusemos um estudo abrangente sobre o atual modelo do Dia da Defesa Nacional; propusemos avaliar o impacto real no recrutamento; propusemos estudar programas de curta duração, modalidades flexíveis e novas formas de participação voluntária; e defendemos também a avaliação do referencial de educação para a segurança, a defesa e a paz, e da sua articulação com a disciplina de Cidadania, porque, antes de anunciar soluções, é preciso conhecer o problema.

Mas aquilo que vimos da AD foi diferente. PSD e CDS vieram apresentar duas medidas avulsas, que parecem mais exercícios de *marketing* político do que uma estratégia séria para reforçar o interesse dos nossos jovens pelas Forças Armadas. E este tema merece mais do que isso, porque as Forças Armadas Portuguesas não são um *slogan*, porque a defesa nacional não é campanha promocional e os desafios estruturais do País não se resolvem tirando soluções rápidas da cartola — resolvem-se com seriedade, resolvem-se com estratégia, resolvem-se com responsabilidade.

Sr.as e Srs. Deputados, defender um país começa muito antes de qualquer conflito, começa na capacidade de planear, na capacidade de preparar, na capacidade de valorizar aqueles que escolhem servir Portugal.

E é exatamente isso que este debate exige de todos nós, menos propaganda, mais responsabilidade, menos pressa para anunciar, mais seriedade a construir.

A defesa nacional merece mais do que soluções rápidas, merece visão, merece compromisso, merece sentido de Estado, merece responsabilidade. E é exatamente esse o caminho da responsabilidade que o Partido Socialista escolheu continuar a trilhar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Responderá em conjunto, imagino eu.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra do Sr. Deputado Raul Melo, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, discutimos hoje aqui projetos de resolução de defesa nacional e de efetivos das Forças Armadas. E, por isso, importa olhar para a realidade com seriedade e sentido de responsabilidade.

Desde 2011, as Forças Armadas perderam mais de 10 000 efetivos. De mais de 34 000, passámos a pouco mais de 24 000, em finais de 2025. Isto é uma quebra muito significativa, que afeta a capacidade operacional dos três ramos, compromete a capacidade de resposta do Estado e é ainda mais preocupante num contexto internacional marcado por crescente instabilidade, novas ameaças à segurança europeia e maiores exigências no âmbito da NATO e da defesa coletiva.

Portugal não pode continuar a assistir ao enfraquecimento gradual das suas Forças Armadas enquanto o mundo atravessa um dos períodos de maior tensão geopolítica das últimas décadas.

Ora, durante os últimos 13 anos, o Partido Socialista governou mais de 8 anos.

Protestos do PS.

E, apesar dos sucessivos alertas das chefias militares, das associações socioprofissionais, e também dos próprios militares no terreno, o problema continuou a agravar-se. Faltaram medidas eficazes de valorização da carreira militar, faltaram incentivos ao recrutamento e à retenção, faltou investimento nas condições de serviço e faltou, sobretudo, uma visão estratégica que possa garantir dignidade, estabilidade e atratividade à situação militar.

O PS fala hoje de novas estratégias, novos contextos, novos mecanismos de programação e maior acompanhamento parlamentar. Mas, na verdade, os resultados estão à vista de todos. E, por isso, pergunto aqui ao Partido Socialista se é capaz de reconhecer aqui, hoje, que as suas políticas falharam redondamente…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — … na valorização das carreiras militares, nas remunerações, nas condições do serviço,…

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Raul Melo** (CH): — … sendo também o principal responsável pela saída de milhares de militares das Forças Armadas e pela grave crise do recrutamento e retenção que o País hoje enfrenta.

Como é que o Partido Socialista explica que, tendo governado durante a esmagadora maioria deste período, tenha permitido esta degradação continuada dos efetivos das Forças Armadas, sem…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Martim Syder, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Martim Syder** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Oliveira, ouvi com atenção a intervenção que o Sr. Deputado fez ainda há pouco, ali de cima, e julgo que o Sr. Deputado deve estar um bocadinho a confundir o espaço temporal: a inércia que nós vivemos foi nos últimos anos do Governo e do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Nós hoje fazemos e queremos fazer. E é exatamente isso que estamos hoje a trazer a esta Câmara.

O Partido Socialista, ainda há pouco tempo, trouxe-nos um projeto de resolução que procurava avaliar e rever os modelos de recrutamento voluntário, procurava — como o Sr. Deputado disse, ali de cima, da tribuna —também defender programas de curta duração, regimes de participação flexíveis e procurava ainda uma articulação maior entre os jovens e as Forças Armadas.

Ora bem, reparemos naquilo que nos trouxe hoje a debate. São exatamente essas propostas que o PSD propõe. Propõe, porque o regime é voluntário.

E nós estamos a falar de quê? Estamos a falar de uma aproximação dos jovens às instituições; estamos a falar de soluções modernas; estamos a falar de soluções flexíveis.

Por isso, a pergunta que deixo à bancada do Partido Socialista é se vai continuar com demagogia ou se vai aprovar aquilo que ontem veio defender.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Imagino que queira responder, Sr. Deputado Hugo Oliveira.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria agradecer as vossas questões.

Sr. Deputado Raul Melo, quando fala do falhanço do Partido Socialista e dos anos em que o Partido Socialista governou, deve estar a falar de quando o Partido Socialista eliminou os cortes que existiam nas pensões dos nossos mais velhos;…

O Sr. **Raul Melo** (CH): — Não é disso que estou a falar! Não misture alhos com bugalhos!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … de quando eliminou os cortes nos salários; de quando duplicou o valor que existe hoje no Serviço Nacional de Saúde.

Vozes do PSD: — Nada disso!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Não, não, claro que é isso! Claro que é isso, porque foi esse país que o Partido Socialista herdou.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Mais, e isto quando diziam que esses cortes não podiam ser reversíveis. Mas mais, eliminámos esses cortes todos;…

Continuação de protestos do PSD.

… colocámos o País a crescer;…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Onde é que o Sócrates entra aí?

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … colocámos o País a crescer e, mesmo assim, aumentámos salários nas Forças Armadas.

Acima…

Protestos do CH e do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

Sr. Presidente…

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, acho que já se acalmaram…

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Eu pedia que me parasse o tempo, se fizer favor.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — O tempo já estava parado! Menos!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Está parado, Sr. Deputado.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, por favor, acalmemo-nos.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Julgo que já pode continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Obrigado, Sr. Presidente.

Como lhe dizia, Sr. Deputado, fizemos tudo isso investindo também na defesa, não tanto como gostaríamos, mas como o País aguentava. E fizemos tudo isto mantendo as contas do País certo.

Aliás, fizemos tudo isso deixando a possibilidade de a AD dizer que aumentou os salários. Aumentou os salários com o orçamento do Partido Socialista, com a folga que vos foi deixada naquele Orçamento que vocês criticavam.

Protestos do PSD.

Continuam a dizer que fizeram muito, mas a única coisa que fizeram até agora foi aumentar os salários com o aforro que o Partido Socialista tinha deixado e baixar o IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), grande parte já com uma descida de impostos do Partido Socialista.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Devia ter maioria absoluta, depois desses resultados brilhantes!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Deputado Martim Syder, pergunta se estamos dispostos ou não, se faz sentido ou não.

Ó Sr. Deputado, eu não consigo dizer, da proposta que hoje traz aqui, nem que é boa nem que é má. Aliás, nem os senhores conseguem, porque, de todas as perguntas que lhes foram colocadas sobre a proposta, os Srs. Deputados não conseguiram responder a uma!

Aquilo que dizemos é que antes de achar que um programa, que uma proposta é muito bonita, convém estudar,…

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Ah, estudar…!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … convém realmente trazer dados concretos. E o PSD o que trouxe foi nomes pomposos,…

Risos do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — … mas muito vazios daquilo que são, ou daquilo que podem ser, estas propostas, no que toca ao aumento de recrutamento para as Forças Armadas.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.ª Deputada.

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

Srs. Deputados, peço o favor de fazerem silêncio, para a Sr.ª Deputada poder falar sem interrupções.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD não se cala…!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há anos que sabemos de problemas de recruta e manutenção dos efetivos das Forças Armadas, mas, depois de terem sido conhecidos os problemas e identificadas as soluções, os partidos do Governo vêm agora ignorar todos os diagnósticos feitos e propor um programa de voluntariado militar.

Para quem diz querer defender as Forças Armadas, apresentar esta proposta é, na verdade, brincar com quem já está neste ramo. São 439 € para um período que pode atingir até seis semanas de formação, e nem sequer oferecem o salário mínimo. A isto, acrescentaram tirar a carta de condução de forma gratuita, como se estivéssemos a falar de um recrutamento para a Carris ou para a CP (Comboios de Portugal).

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou para os TVDE!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.as e Srs. Deputados, depois de programas como «salvar o SNS (Serviço Nacional de Saúde)» e de propostas que iam resolver a crise da habitação, este programa de voluntariado militar é a mais recente manobra de *marketing* político do Governo da AD, e é completamente arrasado, também, por ex-altos responsáveis militares, que o apelidam de inutilidade e de um remendo para a situação das Forças Armadas.

É possível, sim — aliás, devemos, até —, ter uma discussão séria e construtiva sobre os problemas de recrutamento das Forças Armadas ou os novos desafios que se lhes apresentam. A tempestade Kristin é exemplo das alterações climáticas e da necessidade de termos também estes ramos a intervirem na resiliência do território e na resposta a estas dimensões das alterações climáticas.

Mas agendar estas propostas para plenário, não permitir arrastamentos e depois trazer estas soluções é ridicularizar as Forças Armadas e ignorar os problemas que há muito são conhecidos. Se a AD quisesse realmente valorizar estes profissionais e atrair novos militares, teria proposto a valorização das carreiras ou a melhora das reformas.

Mas vamos então à proposta para o reforço da saúde mental — saúde mental forte —, ao contrário de todas as recomendações. Mas bastou ouvirmos, há pouco, o Sr. Deputado Bruno, do PSD, para percebermos que, de facto, um militar não chora; e para ouvirmos o seu preconceito em relação às mulheres que integram as Forças Armadas, porque, também para elas, tem de haver uma política feminista.

Aplausos das Deputadas do IL Isabel Mendes Lopes e Patrícia Gonçalves.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Com a bandeira cor-de-rosa!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Era 50/50…!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.ªs e Srs. Deputados, nós estaremos ao lado deste programa. Não podemos é compactuar, efetivamente, com o facto de que o Governo não pretende fazer nada para resolver esta situação. Para esse peditório, eventualmente…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos das Deputadas do IL Isabel Mendes Lopes e Patrícia Gonçalves.

Protestos do PSD e contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!

Continuação de protestos do PSD e de contraprotestos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Parece que já está tudo mais calmo.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O debate em torno da defesa voltou ao centro da agenda europeia. E bem!

O debate estruturado sobre defesa chegou mais tarde à esfera política portuguesa, quando comparado, naturalmente, com países da Europa central, de leste ou nórdicos, que sentem a ameaça russa de forma mais direta e histórica. Mas chegou, e é importante que chegue para ficar porque, durante demasiado tempo, foi tratado como um tema adiável ou dispensável.

Mas antes de falarmos desta proposta, é preciso sermos honestos sobre o que nos trouxe até aqui.

Durante anos, a defesa nacional esteve assente numa ideia ingénua de que não existem agressores, apenas porque essa realidade — e é normal até que assim fosse — não estava nas preocupações imediatas da sociedade. Mas a função dos governantes não é dirigir o País com base em sondagens ou estudos de opinião e, quando falamos em defesa, esse desleixo é uma verdadeira irresponsabilidade e o abandono de uma função essencial do Estado.

Tomámos decisões que deviam ser estratégicas e de longo prazo como se fossem medidas de curto prazo, facilmente reversíveis. O resultado está à vista: um mínimo histórico de efetivos.

Hoje estamos em recuperação, é justo reconhecê-lo. Mas a recuperação só será real se assentar numa estratégia de longo prazo, coerente e abrangente, com metas e objetivos claros.

O programa apresentado aproxima os jovens das Forças Armadas sem regressar ao serviço militar obrigatório. Aposta no voluntariado, na escolha livre e não na imposição. Oferece incentivos concretos e contribui para algo que é urgente: tornar a defesa nacional parte da cultura cívica portuguesa.

Numa sociedade liberal como a nossa, assente na liberdade individual, no mérito e no livre mercado, este é precisamente o modelo certo: reforçar as Forças Armadas com incentivos e não com obrigações. Servir o País deve ser uma escolha valorizada.

Mas temos reservas que não podemos deixar de partilhar.

A primeira é o risco da ilusão. Não é este programa, por mais bem desenhado que possa vir a ser, que resolve o défice de efetivos,…

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Ah…!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … e preocupa-nos que esta proposta possa criar uma perceção errada de que o programa está encaminhado. Não está.

A segunda é o risco de motivações erradas. Se os jovens não encontrarem nas Forças Armadas uma carreira valorizada, vão acabar por participar nestes programas exclusivamente pelo incentivo financeiro ou por uma carta de condução gratuita. Se assim for, o programa falhou no seu objetivo essencial. Os incentivos são bem-vindos, mas não podem ser o único motor.

A terceira é o impacto nas próprias Forças Armadas. As nossas estruturas militares já operam sob pressão de efetivos, de recursos, de logística. Integrar centenas ou milhares de jovens voluntários exige capacidade instalada, como alojamento, formação, supervisão, fardamento, saúde, seguros — é preciso garantir que este programa não se torna uma carga adicional sobre quem já está no limite.

Por fim, a questão mais estrutural, os recursos são escassos e temos de ser inteligentes na forma como os aplicamos. Um programa de consciencialização, por melhor que seja, de nada serve se não for acompanhado por condições reais de atratividade e retenção, com carreiras competitivas, salários dignos, incentivos complementares e ajustados à realidade da atividade, progressão e valorização.

Sr.as e Srs. Deputados, os nossos jovens nasceram num país sem serviço militar obrigatório. Cresceram numa democracia liberal, numa economia de mercado, com liberdade de escolha e mobilidade. É neste enquadramento que temos de os atrair, não com decretos que se limitam a definir metas, mas com condições reais que possam competir com as alternativas que o mercado lhes oferece.

Saudamos as iniciativas que promovam uma maior consciencialização para as preocupações em torno da defesa e de uma promoção das nossas Forças Armadas e forças de segurança. Mas não nos podemos deixar enganar; para resolver o problema da atratividade, da retenção e da valorização da atividade militar, temos de criar condições competitivas aos olhos dos nossos jovens, no enquadramento do mercado que têm à sua disposição.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo, do Chega.

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostava de saudar também o Governo, mas parece que o Governo não dá grande importância ao tema da defesa nacional…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — … ou, pelo menos, não dá grande importância a estes dois projetos apresentados pelos partidos que o suportam.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Srs. Deputados, temos governos constitucionais desde 1976. Ao longo destes 50 anos, sempre que se falava das Forças Armadas, era para agradecer o seu papel no 25 de Abril e depois cortar-se nos efetivos e no investimento, sobretudo nos governos do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Falava-se nos três R: reestruturar, reequipar e racionalizar. E, traduzindo, mais não era do que reduzir, reduzir, reduzir.

Aplausos do CH.

Entretanto, o mundo mudou. O guarda-chuva de segurança providenciado pelos Estados Unidos da América começou a fechar-se. Tardiamente, a Europa acordou para a defesa. É talvez por isso que estamos a discutir este tema no Parlamento pela segunda vez, no espaço de uma semana.

Não podemos esquecer que o fim último do Estado é providenciar segurança e bem-estar. Sem segurança, nunca haverá bem-estar. O Estado possui um monopólio de violência legítima exatamente para o garantir.

Um dos projetos apresentados hoje pelos partidos que suportam o Governo pretende incentivar jovens dos 18 aos 23 anos a passar umas férias ativas nas fileiras. O caminho apontado parece-nos ínvio e cheio de escolhos.

Qual o estatuto destes jovens? São excursionistas? Escuteiros com esteroides?

Risos de Deputados do CH.

Defesa civil do território enquadrada por militares para os períodos de vigilância da floresta? Não sabemos.

Temos mesmo muitas dúvidas.

Como se irá operacionalizar este programa? Onde se irão encontrar equipas de graduados para enquadrar estes voluntários?

Se tivermos uma grande adesão — não nas dezenas de milhares, mas, por exemplo, 3000 jovens —, estamos a falar de cerca de 100 pelotões, 20 companhias, 5 batalhões. Uma brigada? Só oficiais subalternos, seriam necessários uns 120; uns 30 capitães, 15 oficiais superiores e, quem sabe, mais um oficial-general. Estou a falar por baixo. E sargentos? E praças? E quanto a infraestruturas? Camas, fardamento, alimentação, etc.?

Protestos do Deputado do PSD Bruno Vitorino.

Qual o retorno esperado em efetivos para as Forças Armadas? É 1 %, 10 %, 0 %? O custo não será demasiado elevado para o benefício que se pode obter?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Por outro lado, o Chega apresentou e viu aprovado, na passada semana, um projeto de lei que ajudará a manter os efetivos necessários. Reação do Governo? Críticas ao Parlamento por aplicar a democracia.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Simões de Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, goste do Governo ou não, o Chega também na defesa está ao lado dos portugueses e da sua segurança — sempre!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Um ponto prévio por aquilo que disse, ainda agora, o Sr. Deputado Nuno Simões de Melo e já tinha dito o Sr. Deputado Pedro Pinto em reação àquilo que foi uma posição legítima do Governo.

Srs. Deputados, se o Governo não está, é porque não está; se se pronuncia sobre as iniciativas do Chega, é porque se pronuncia sobre as iniciativas do Chega e não gostavam que o fizesse. Tem toda a legitimidade.

Mas há uma coisa. Eu percebo que, para quem aprova todas as sextas-feiras projetos do Partido Socialista, a acusação de socialismo não seja uma acusação muito grave.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês é que são amiguinhos…!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Pedro Pinto fê-la aqui, de forma gratuita, e atribuiu ao Ministro da Defesa, que é Presidente do CDS, com muita honra para nós, o título de «ministro mais socialista».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Eu percebo que o queira elogiar, porque o Sr. Deputado já confunde o socialismo com virtude,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Elogiar? Tu é que estás mesmo mal…!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … tantas são as propostas do Partido Socialista que aprova, desde logo a que aprovou na semana passada, relativamente à área da defesa.

Protestos do PS.

Mas vamos a factos concretos.

Socialismo é inverter os números do recrutamento e conseguir, pela primeira vez desde o tempo do Partido Socialista, que os militares sejam mais do que aquilo que aconteceu enquanto o Partido Socialismo era Governo, que vieram sempre a descer?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ser socialista é conseguir cumprir, pela primeira vez,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Constituição!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … o compromisso nacional de investimento em defesa com os nossos parceiros da NATO e atingir esse limite mínimo de investimento? É isso que é ser socialista?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não!

Protestos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que os socialistas nunca o fizeram.

É ser socialista voltar a olhar para as Forças Armadas, pegar em suplementos que ainda estavam em escudos — em escudos! — e atualizá-los para valores dignos para que os militares sejam reconhecidos? É isso que é socialismo?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É que os socialistas não fizeram nada disso.

É socialismo olhar para os antigos combatentes e dizer que é preciso valorizar o que estas pessoas, o que estes homens deram pelo País e dizer que enquanto não é possível fazer mais, pelo menos os medicamentos — que são parte de uma fatura muito significativa desses antigos combatentes — passavam a ser comparticipados a 100 %, portanto, fazia com que os antigos combatentes deixassem de se preocupar com o pagamento dos medicamentos? É isso ser o ministro mais socialista? É que nenhum ministro socialista fez isso.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, nós podemos ter divergências sobre a área da defesa nacional, mas não podemos, nem nós, nem o Governo, e muito menos o Ministro da Defesa pode ser acusado de ser conivente com propostas socialistas nesta área.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Já o Chega, acabou de aprovar uma delas na sexta-feira passada, e nós…

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Ó Srs. Deputados, há um título de um filme já antigo que dizia que nos lembramos do que fizeram no verão passado, mas nós lembramo-nos é do que o Chega fez na sexta-feira passada — não foi há mais tempo, foi na sexta-feira passada! —, quando viabilizou o socialismo na área da defesa.

Mas vamos às iniciativas que hoje estão em debate…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… — Sr. Deputado Pedro Pinto, sempre, com todo o gosto —, vamos às iniciativas que hoje estão em cima da mesa.

Criticam também — neste caso, os partidos mais à esquerda —, dizendo que são projetos de resolução e o Governo não está cá. O Partido Socialista esteve oito anos no Governo e os Srs. Deputados ainda não perceberam qual é o papel de um Deputado de um partido que apoia o Governo. Os Srs. Deputados continuam a achar que o papel de um Deputado de um partido que apoia o Governo é mesmo só bater palmas. Era o que os senhores faziam durante oito anos!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Mas não é esse o papel de um Deputado de um partido que apoia o Governo. O papel de um Deputado de um partido que apoia o Governo é contribuir com as suas propostas, sob a forma de recomendação, é normal que o faça, porque tem confiança de que o Governo dê a essas recomendações a melhor sequência. É fazer esses projetos de recomendação. E é exatamente isso que hoje fazemos,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … em duas áreas importantíssimas: na área do recrutamento e na área da saúde mental.

Na área do recrutamento, porquê? Há muitos anos, Portugal e outros países fizeram uma opção — uma opção certa — de suspender o serviço militar obrigatório. A conjuntura internacional era outra e justificou essa suspensão do serviço militar obrigatório, que inverteu uma lógica — já não falando só da Guerra do Ultramar, mas mesmo depois, durante a Guerra Fria — em que Portugal tinha um efetivo de cerca de 80 000 militares, coisa que reduziu substancialmente depois do fim da Guerra Fria, e numa lógica de paz que se considerou que podia durar — alguns consideraram que ia durar para todo o sempre.

Não é essa a realidade hoje em dia, a realidade é de novas ameaças, a realidade é a de um conflito sério no contexto europeu e até de um conflito que já não se pensava ser possível, com guerra convencional e mobilização de exércitos, como não acontecia há já bastante tempo. E isso faz com que olhemos para o recrutamento e para todas as suas hipóteses.

Aquilo que hoje o PSD e o CDS fazem é apresentar uma proposta de mobilização das novas gerações, que não têm acesso ao serviço militar obrigatório e de contacto com a defesa nacional.

Pode ser de outra maneira? Pode. Podem os incentivos ser outros? Podem e vamos discutir isso. Agora, o que não pode acontecer de certeza é manter sucessivas gerações divorciadas daquilo que é a defesa nacional…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … e do seu eventual compromisso de participação no esforço de defesa nacional do País. Isso é que não pode continuar a ser.

Por outro lado, a saúde mental, em que também apresentamos propostas muito concretas para que na saúde mental possamos prestar, aos nossos militares e às suas famílias, o apoio necessário, especializando essa resposta e dando-lhe também forma integrada.

Vou deixar algum tempo para que o Sr. Deputado Pedro Pinto possa fazer o pedido de esclarecimento.

Risos do CH.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Exatamente para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Aleixo, do Chega.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, não há dúvida que as iniciativas que estão hoje a debate são assuntos importantes e relevantes, e que, na nossa opinião, partem de um diagnóstico correto. Aliás, a aproximação dos jovens às Forças Armadas é também uma preocupação desta bancada, tanto que temos a proposta de transformar o Dia da Defesa Nacional numa verdadeira Semana da Defesa Nacional e a reinserção da defesa na disciplina de Cidadania.

Agora, o PSD e o CDS pegam neste tema e adicionam-lhe uns brindes, tipo ação promocional, ou seja, três a seis semanas de internato, 439 € e a carta de condução gratuita. Sr. Deputado, isto não é política de defesa, isto parece mais uma viagem de finalistas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Dizemos: «Jovem, junta-te a nós, vai para a tropa, conheces o País e ainda sais com um canudo para conduzir.» Só faltou oferecerem o *transfer* para o aeroporto.

Curiosamente, em declarações recentes, e já se falou aqui disso hoje, o Deputado Bruno Ventura admitiu que, ainda que aprovada, não tem garantia e duvida que a medida seja implementada. Aparentemente, o PSD e o CDS não falam com o Governo e os próprios subscritores desta proposta não acreditam nela. Ou seja, recomendam a si próprios algo que não garantem cumprir — é, no fundo, um exercício espiritual.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Talvez fosse mais útil concentrarem os vossos esforços a tratar com seriedade a questão do campo de tiro em Alter, onde vão expropriar as pessoas, 7500 ha de terra produtiva,…

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Qual é a solução?!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — … um quinto do território do concelho vai ser expropriado, com impacto sobre agricultores, populações e espécies protegidas de vários municípios do distrito de Portalegre, sem que ninguém tenha sido ouvido sobre o tema.

Por isso, a pergunta é a seguinte: quando estes jovens voluntários, motivados pela carta de condução que vão tirar, chegarem a Alter, vão falar com quem?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Será com os agricultores já expropriados, onde vão construir o campo de tiro onde vão treinar?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Imagino que o Sr. Deputado João Almeida queira responder, e, querendo, faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Aleixo, sobre Alter, olhe, é fácil a resposta: vão falar com o presidente da câmara, que foi quem assinou o memorando de entendimento com o Governo, dando ao Governo toda a legitimidade para a escolha. Sendo ele o representante legítimo daquele território e daquela população, comprometeu-se com o Governo nesta solução.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Traidor!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Deputado, todos os contributos — mais uma vez, todos os contributos — são bem-vindos. Agora, o Governo falou com quem tinha de falar, com o presidente da câmara eleito daquele território.

Relativamente à proposta e ao tempo, a primeira pergunta que o Chega fez neste debate era como é que nós íamos definir se eram três ou se eram seis semanas. O Sr. Deputado agora critica ser pouco tempo, quando a proposta do Chega é de uma semana. Ó Srs. Deputados, a questão é esta…

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — São coisas completamente distintas!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — São coisas completamente distintas, mas nós podemos discutir se é de uma ou de outra forma.

A questão é esta: é necessário convocar os jovens para este esforço com a defesa nacional.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Concordamos!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É fundamental.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Temos agora, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Patrícia Faro, do PS.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.as e os Srs. Deputados e começo por agradecer e saudar o PSD e o CDS pela iniciativa aqui apresentada, no âmbito da saúde mental nas Forças Armadas.

Reconhecemos a relevância do tema e quando falamos em saúde no geral e, em particular, na saúde mental, a abordagem deve ser preventiva, universal e integrada. Aliás, é bom falar e relembrar o Plano Nacional para a Saúde Mental já existente.

É necessário conhecer e avaliar os riscos psicossociais dos trabalhadores, de todas as pessoas. E a este propósito, permitam-me referir a pertinência de um estudo já realizado por iniciativa do Partido Socialista, um estudo de avaliação dos riscos psicossociais na Administração Pública, solicitado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público à Ordem dos Psicólogos Portugueses, cujo resultado foi conhecido em novembro de 2021.

Sr.as Deputadas, Srs. Deputados, este estudo é muito interessante e traça um perfil psicossocial por entidade, sendo que participaram 77 entidades, incluindo a defesa nacional. Naturalmente, os resultados deste estudo foram efetivados num contexto diferente daquele em que nos encontramos hoje, e, por isso, seria necessária uma reavaliação. Mas é importante, muito importante, que esses resultados tenham sido publicados.

A este propósito, queria dizer que o projeto de resolução aqui apresentado tem boas intenções, mas peca pela generalidade. Não define metas nem meios concretos, mas enumera recomendações amplas e abrangentes.

O PS considera particularmente contraditório defender um plano nacional desta natureza e, simultaneamente, afirmar que a sua concretização não implica aumento da despesa obrigatória.

Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, o reforço efetivo da saúde mental nas Forças Armadas exige um investimento estrutural em psicólogos, psiquiatras, equipas multidisciplinares e capacidade de acompanhamento continuado, algo que dificilmente se alcança através da reprogramação de meios existentes.

Relativamente às recomendações concretas que fazemos no âmbito deste projeto de resolução que hoje apresentam, fazemos a seguinte avaliação: em primeiro lugar, quanto à importação de modelos aplicados em outros países, no caso dos exemplos dados — dos Estados Unidos, do Canadá e NATO —, são relevantes, de facto, mas não se referem a modelos desenvolvidos em países com dimensões militares, recursos financeiros e estruturas de saúde como os portugueses. Neste caso, são incomparavelmente superiores à realidade portuguesa. Seria importante saber as necessidades específicas das Forças Armadas portuguesas, pois sem essa informação corremos o risco de transpor conceitos e estratégias de atuação sem capacidade de execução.

Outra questão: a contradição entre valorização da condição militar e a realidade. Há problemas estruturais profundos e a saúde mental não se resolve com medidas avulso, como já aqui também foi referido, ou com programas preventivos. Ela tem de ser efetiva e isso exige condições materiais, estabilidade, carreira e confiança institucional.

O excesso de foco na prontidão operacional, como refere este projeto de recomendação, preocupa-nos. A saúde mental deve ser encarada, antes de mais, como um direito humano, social e laboral de quem serve o País.

A falta de independência e transparência na monitorização também é um dos pontos que nos preocupa. O PSD propõe um relatório anual, mas não define quem avalia, com que indicadores ou qual o grau de dependência. Como referi, no estudo solicitado e divulgado, esta foi uma medida corajosa porque muitos dos setores nas Forças Armadas, de facto, revelaram riscos moderados ou severos. E isso exige mecanismos credíveis de acompanhamento, de avaliação, assim como a sua divulgação.

A relevância deste tema justifica mais ambição e maior densificação das propostas, e uma estratégia integrada, como já referi, capaz de colocar a dignidade, o bem-estar e a proteção dos militares no centro das políticas públicas.

O referido estudo visou contribuir para uma Administração Pública mais humana, moderna e resiliente, levando em conta as perceções dos trabalhadores acerca da sua exposição aos riscos. Por isso, defendemos que os dados não devem depender exclusivamente da tutela militar, sob pena da subnotificação por cultura hierárquica e estigma. Seria importante o envolvimento, por exemplo, do Ministério da Saúde e outras instituições independentes, como universidades, a própria Ordem dos Psicólogos ou entidades externas, para garantir transparência e confiança pública.

Para finalizar, Sr.as e Srs. Deputados, reconhecemos o mérito político da iniciativa e saudamos, uma vez mais, o facto de a trazerem para o centro deste debate, mas num contexto internacional cada vez mais exigente, marcado pelo aumento da instabilidade global e da pressão operacional, torna-se indispensável garantir respostas robustas, humanas e sustentáveis nesta área.

Tal como afirmámos e reiteramos, este assunto é demasiado importante e não será pelo PS que não haverá acordos na defesa, mas é preciso procurar consensos.

Termino dizendo que a saúde mental dos militares exige menos propaganda estratégica e mais capacidade efetiva do Estado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Liliana Fidalgo, do PSD.

A Sr.ª **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Foi preciso o PSD vir defender Portugal para os restantes partidos da esquerda acordarem da hibernação de uma década sobre o pensamento das Forças Armadas.

Aplausos do PSD.

Quero primeiro dar uma palavra de profundo respeito, reconhecimento e deferência para com as Forças Armadas portuguesas. Falamos tanto dos que estão no ativo como daqueles que são ex-combatentes. Falamos de mulheres e homens que escolheram servir a Pátria, servindo a bandeira portuguesa em diversos cenários de guerra; que assumem deveres especiais, que aceitam uma disciplina própria, que se preparam para cenários de risco, pressão, separação familiar, desgaste físico e exigência psicológica; que muitas vezes estão onde o País mais precisa, desde missões internacionais a operações de apoio às nossas populações em contextos de emergência; ou simplesmente na prontidão silenciosa que garante a segurança de todos nós.

É precisamente por esse respeito que esta matéria deve ser tratada com seriedade, sensibilidade e sentido de responsabilidade.

A saúde mental dos nossos militares não pode ser vista como uma questão comum. Nem os militares podem ser tratados como se fossem apenas mais um cidadão perante o sistema. Não porque tenham mais ou menos direitos; pelo contrário, é porque têm uma condição especial, uma missão especial e uma exigência especial.

A formação militar trabalha a resistência, a disciplina, a coragem, o autocontrolo e a resiliência mental. Mas essa preparação não torna os militares imunes ao sofrimento psicológico. Torna-os, muitas vezes, mais capazes de superar em silêncio, mais treinados para continuar, mais habituados a não pedir ajuda. É aqui que o Estado deve saber estar à altura da instituição militar.

O projeto de resolução que hoje discutimos recomenda ao Governo a criação e implementação do programa Mente Forte, com o objetivo de reforçar o apoio à saúde mental nas Forças Armadas Portuguesas. A proposta parte de uma ideia simples. A prontidão operacional não depende apenas de meios materiais, de equipamentos, de capacidade técnica; depende também de disponibilidade psicológica dos efetivos. O próprio projeto sublinha que o serviço militar envolve ciclos de elevada exigência, instrução intensiva, prontidão, missões internacionais, apoio à proteção civil e exposição a acontecimentos potencialmente traumáticos.

Por isso, esta iniciativa não deve ser lida como uma fragilização da condição militar, deve ser lida exatamente ao contrário, ou seja, como forma de reforçar a força, a prontidão e a capacidade das Forças Armadas. Cuidar da saúde mental de quem serve não é menorizar o militar, é valorizar o militar. É reconhecer que a resiliência também se protege, também se treina, também se acompanha e também se recupera. É por isso que o programa Mente Forte propõe uma abordagem preventiva, universal e uniformizada, alinhada com boas práticas internacionais e com recomendações da NATO, incluindo princípios de intervenção próxima, imediata, simples e orientada para a recuperação segura e para o retorno ao serviço, quando clinicamente adequado.

Esta proposta valoriza ainda o papel das famílias militares, porque a vida militar não pesa apenas sobre quem veste a farda, pesa também sobre quem espera, quem acompanha, quem vive as mudanças de unidade, as ausências, as missões e os regressos. A resiliência do militar é também a resiliência do seu contexto familiar.

Defender esta solução é defender as Forças Armadas. É defender a prontidão, é defender a dignidade da condição militar. É dizer aos nossos militares que Portugal não espera deles apenas força, silêncio e resistência. Espera também que tenham o apoio adequado quando essa força é posta à prova, porque quem serve Portugal deve sempre saber que Portugal também o serve.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Liliana Fidalgo, ouvi com atenção a sua intervenção, que traz, sem dúvida, aqui um tema de extrema relevância. Exatamente pela sua relevância, julgo que há aqui, pelo menos, dois pontos que ficam pouco claros na proposta e queria aproveitar os minutos que temos para lhe dar a oportunidade de esclarecer aquilo que consideramos ainda algumas insuficiências, no que toca à proposta.

O primeiro, o conceito de família, de que falou na sua intervenção. O problema é que a proposta não define o conceito de família que quer considerar e o que está abrangido. O que tememos é que se criem, de alguma forma, expectativas erradas e, depois, naturalmente, estas situações acabem por levar a uma conclusão que não aquela que pretendemos.

O outro ponto refere-se ao facto de se afirmar que a proposta não terá qualquer impacto financeiro. Ora, no momento em que a resposta que temos dos serviços, nomeadamente no que toca à saúde mental, já não é suficiente, criar a expectativa — que também essa poderá ser errada — de que será uma medida sem qualquer impacto financeiro, o que tememos, então, é que, de facto, não haja uma aposta efetiva de meios e recursos para poder dar a resposta necessária e, com isso, mais uma vez, se crie uma expectativa que acabe por ser defraudada e até acabe por criar resultados contrários àquilo que a medida pretende.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Liliana Fidalgo.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, antes de mais, quero agradecer-lhe a sua intervenção. É claro que, ao ler o programa eleitoral da Iniciativa Liberal, a IL e o PSD têm pontos em que convergem, nomeadamente através da valorização das Forças Armadas, através da capacitação e através destes elementos que referiu.

O PSD não planeia construir do zero com estas recomendações. Como já foi referido neste debate, o que planeamos é iniciar o debate para depois colocarmos isto em vigor e criarmos uma estrutura. É isso que se planeia com estes projetos de resolução e é isto que pretendemos com este debate.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. O Sr. Deputado dispõe de 3 minutos, 1 deles cedido pelo Partido Socialista.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, agradeço ao Partido Socialista a cedência do tempo.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal e a Europa vivem um momento estratégico de redefinição da sua defesa. A resposta do PSD e do CDS a este momento histórico é a seguinte: três a seis semanas de campo, 439 €, um quinto de uma renda moderada de 2300 € do Governo e — segurem-se, Sr.as e Srs. Deputados, cidadãos nas galerias e quem nos acompanha lá em casa —, a carta de condução gratuita.

O programa Defender Portugal pode resumir-se da seguinte forma: faça as três semanas e leve a carta. Mais uma notável história para a já bastante rica história parlamentar.

O Sr. Deputado Bruno Vitorino, do PSD, signatário do projeto, diz à comunicação social não ter a certeza de que o Governo adote o projeto que, aliás, vozes autorizadas das Forças Armadas rejeitam. Já no debate, vem esclarecer que, afinal, é um contributo para a reflexão. Entre as 3 horas e as 4 horas da tarde, entre o Sr.

Deputado Bruno Ventura e o Sr. Deputado Bruno Vitorino, a proposta passou de «estrutural» a uma «ideia» para trocar umas bolas numa soalheira quarta-feira à tarde.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

É caso para dizer, mudam-se os «brunos», mudam-se as vontades. A maioria recomenda ao Governo aquilo que o próprio signatário admite que o Governo talvez não queira fazer. E o Governo responde com ausência neste debate. Não veio sequer ouvir o magno potestativo com que PSD e CDS decidiram rechear esta quarta-feira. Dizem-nos que o assunto é sério, e é tão sério que PSD e CDS decidiram recusar que outros partidos agendassem as propostas, não fosse hoje o Plenário discutir e votar algo que fizesse, de facto, a diferença na defesa nacional: que debatêssemos seriamente o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, a transparência dos investimentos do programa SAFE, a justiça histórica para todos os antigos combatentes, a resolução de problemas na ADM (Assistência na Doença aos Militares), a valorização da condição militar ou políticas para a retenção.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sai mais barato do que ficarem no alojamento local!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E, a propósito de transparência, enquanto aqui se discute a carta de condução dos voluntários, a contratação corrente na área da defesa, avisam investigações, continua a fazer-se entre empresas que partilham os mesmos donos, sem concorrentes identificados, sem contratos publicados e, em muitos casos, sem assinatura legível. Mas isso, naturalmente, não é matéria para a resolução de Plenário, é matéria para silêncio, porque PSD e CDS assim o impuseram.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, discutimos dois projetos que tocam num problema real e sério — o enfraquecimento da ligação entre Portugal, os portugueses e as suas Forças Armadas. E convém dizer a verdade, com frontalidade: durante décadas, o Estado foi abandonando a defesa nacional. Foi reduzindo efetivos, desvalorizando carreiras e afastando os jovens da cultura de serviço e transformando as Forças Armadas numa prioridade secundária.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — O resultado está à vista: menos militares, menos capacidade operacional e uma sociedade cada vez mais desligada da ideia de soberania, autoridade e defesa nacional.

O Chega olha para esta matéria com seriedade, porque sem Forças Armadas fortes não existe Estado forte, e sem espírito nacional não existe verdadeira coesão nacional.

Relativamente ao programa Defender Portugal, há um reconhecimento implícito que importa assinalar. O PSD e o CDS acabam, hoje, por validar várias preocupações e propostas que o Chega já tinha apresentado nesta Assembleia, nomeadamente sobre a aproximação dos jovens à defesa nacional, o reforço da educação para a defesa e a valorização da ligação entre juventude e Forças Armadas. Mas também é preciso dizer que esta proposta mistura boas intenções com alguma propaganda política…

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — É o que temos feito!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — … e medidas avulsas, porque a crise de recrutamento das Forças Armadas não se resolve apenas com 439 € e uma carta de condução. Resolve-se com carreiras dignas, com a autoridade do Estado, com a valorização da condição militar, com respeito pelas Forças Armadas. E com uma cultura nacional que volte a olhar para o serviço ao País como algo honroso.

Nós defendemos uma verdadeira cultura de defesa nacional, assente em disciplina, mérito, patriotismo e preparação para novas ameaças, incluindo cibersegurança, proteção civil e ameaças híbridas.

Quanto ao programa Mente Forte, o Chega entende que cuidar da saúde mental dos militares não é uma agenda ideológica nem assistencialista. É uma questão de prontidão operacional, capacidade militar e respeito por quem serve Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Quem exige tudo aos militares — missões, disponibilidade permanente, sacrifício familiar e risco pessoal —tem também o dever de garantir acompanhamento psicológico adequado, deteção precoce e apoio eficaz. Mas também aqui é necessário evitar burocracia, duplicação de estruturas e planos que acabam no papel sem produzir resultados concretos. O essencial é garantir capacidade real de resposta, coordenação entre ramos e valorização efetiva dos profissionais de saúde militar.

Sr.as e Srs. Deputados, Portugal precisa de voltar a levar a defesa nacional a sério. Precisa de mais militares, precisa de mais preparação, precisa de mais autoridade, precisa de mais patriotismo. Porque um País que não está disposto a defender-se acaba sempre dependente da vontade dos outros, e o Chega nunca aceitará um Portugal fraco, dependente ou resignado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A prontidão militar também se mede pela capacidade psicológica de quem serve e a saúde mental é, naturalmente, também prontidão.

O programa que hoje debatemos tem e merece reconhecimento claro. A aposta na prevenção é o mais importante. Esperar que os problemas apareçam e se agravem e tratar apenas quando a situação já se tornou crónica é mais caro, é mais lento, é prejudicial para o militar, para a família e para a capacidade operacional. Intervir antes e atempadamente é a abordagem certa e é também a que os nossos parceiros da NATO têm adotado, com resultados comprovados.

A uniformização entre os três ramos faz sentido. Não faz sentido que um militar do Exército tenha acesso a cuidados diferentes de um militar da Marinha ou da Força Aérea. A assimetria gera desigualdade e a desigualdade corrói a confiança na instituição.

A aposta nos dados também é positiva. Um relatório anual por ramo permite perceber o que funciona, onde há lacunas e como afinar recursos. É, no entanto, crucial que os mesmos estejam devidamente protegidos.

A preocupação com a confidencialidade é o ponto mais crítico de toda a proposta. Se o militar suspeitar que pedir ajuda psicológica prejudica a sua carreira, não a vai pedir. E aqui o estigma não se combate com comunicação, combate-se com garantias reais de que o acesso aos cuidados é confidencial, de que não tem consequências profissionais e que nunca, em momento algum, essa confiança pode ser violada.

Também o conceito de família levanta questões. A proposta menciona-o, mas não o define. O programa falha em clarificar a quem se destina e o que cobre e isso levanta o risco de criar expectativas que, depois, não são cumpridas.

A proposta afirma ainda que não implica aumento de despesa obrigatória. Ora, no momento em que a capacidade de resposta do sistema já não consegue ser eficaz, nomeadamente no que toca à saúde mental, um programa sério, universal e com impacto real, dificilmente é neutro em custos. É preferível, nestes casos, ser honesto sobre o investimento necessário do que criar um programa subfinanciado, que depois não chega a quem precisa.

Sr.as e Srs. Deputados, se queremos reter os nossos efetivos, temos de garantir não apenas as condições financeiras e operacionais, mas também uma cultura de apoio e de acompanhamento. O estigma na saúde mental é um problema real e torna esta doença silenciosa, e a realidade da atividade militar aumenta este problema.

Ninguém deve ter medo de pedir ajuda, mas se do outro lado não encontrar uma resposta eficaz, se do outro lado não estabelecer uma relação de confiança ou não sentir uma ajuda real, então, vamos estar apenas a agravar o problema e a acentuar o distanciamento entre esta grave condição e a ajuda necessária.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo mais inscrições — parece que não, a não ser que apareçam à última hora, como também é usual —, passamos ao encerramento, e tem a palavra para intervir o Sr. Deputado José Lago Gonçalves, do PSD.

Pausa.

Sr. Deputado José Lago Gonçalves, pedia que esperasse, porque houve aqui uma inscrição um bocado tardia.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não foi tardia, não! Têm é de ouvir o telefone!

Continuação de protestos de Deputados do PSD.

O vosso Secretário é que não ouviu o telefone!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ligavas para o teu!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Mesmo no final deste debate, queria deixar aqui duas considerações em relação àquilo que disse o Sr. Deputado João Almeida.

Ó Sr. Deputado João Almeida, o Chega não está ao lado do Partido Socialista. O Chega está onde sempre esteve, que é ao lado dos portugueses.

Aplausos do CH.

Quando se trata de baixar portagens, nós estamos ao lado dos portugueses. Quando se trata de melhorar a carreira dos militares, nós também estamos ao lado dos portugueses. Essa é que é a grande diferença da direita social, que somos nós, para o CDS — que agora até desapareceu da Sala.

Bom, mas deixem-me dizer uma coisa, também, em relação a Alter do Chão. O Sr. Deputado João Almeida disse que houve um protocolo de entendimento entre o Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão, do PSD e do CDS-PP — uma coligação —, e o Ministro da Defesa. Então, o Presidente da Câmara de Alter do Chão é um traidor, porque não estava em lado nenhum do programa eleitoral do PSD/CDS-PP — da AD —, em Alter do Chão, que ia para lá um campo de tiro. Portanto, ele traiu as populações!

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PSD.

As populações não sabiam o que é que se ia passar! Houve eleições em outubro e ninguém falou no campo de tiro. Portanto, é um traidor aos alterenses. Foi isso que aconteceu! Foi isso que aconteceu!

Têm de dar a cara e de pedir desculpa às pessoas do Alto Alentejo, porque ninguém quer lá o campo de tiro!

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se era para isso, estavas calado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai para Braga, e leva o amuleto!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora sim, Sr. Deputado José Lago Gonçalves, parece que chegou mesmo a sua vez. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estranho que muitos partidos tenham encarado o desafio de voltar a estabelecer a ligação entre a juventude portuguesa e a defesa nacional como um tema avulso. Fiquem sabendo que, para nós, não é um tema avulso, é um desafio estrutural para o nosso futuro de pertença à comunidade nacional.

Aplausos do PSD.

A defesa nacional é o pilar da soberania de Portugal e o garante da nossa democracia e dos nossos valores. A Constituição é clara: às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República. Para os portugueses, defender a Pátria é um direito e um dever fundamental.

Hoje, os portugueses sabem que o seu país reforçou salários e condições e valorizou a carreira militar — o maior aumento em democracia, entre salários e complementos.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Hoje, os portugueses sabem que o seu país honra os compromissos com os seus aliados e sabem que o seu país está a realizar o maior investimento de sempre em equipamento militar.

Aplausos do PSD.

Mais de 700 milhões de euros, em 2025, e 5,8 mil milhões de euros, no âmbito do programa SAFE. Mas os portugueses também sabem que o mundo está a mudar, que a paz não é garantida e que defender Portugal é uma responsabilidade permanente.

Durante esta tarde, fizemos o debate de dois projetos de resolução que abordam necessidades distintas, mas muito importantes. Por um lado, o programa Mente Forte, que visa reforçar a saúde mental nas Forças Armadas, numa lógica preventiva e de aumento da prontidão operacional, protegendo os nossos militares e as suas famílias. Um programa que pretende uniformizar procedimentos nos três ramos, permitir uma deteção mais precoce e a mitigação do estigma que ainda aparece associado a estas patologias.

Cada militar tratado com qualidade representa poupança, ganho de capacidade e o reforço das nossas Forças Armadas. Mais prevenção, mais prontidão, mais monitorização, menos baixas, menos estigma e menos silêncio.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Lago Gonçalves** (PSD): — Por outro lado, também debatemos, nesta Câmara, o programa Defender Portugal: um pacto entre gerações; uma nova oportunidade para a juventude portuguesa e para as Forças Armadas.

Durante quase duas décadas, a ligação entre os jovens portugueses e as Forças Armadas foi-se esbatendo, não por desinteresse, mas por distância e desconhecimento. Há hoje uma geração de portugueses que não teve oportunidade de conhecer a realidade das Forças Armadas, de servir o seu país, a sua comunidade, lado a lado com outros que partilham esse propósito.

Acreditamos que servir o País deve ser uma oportunidade aberta a todos os jovens portugueses, independentemente da sua origem, da escolaridade ou do percurso de vida. Por isso, propomos que essa oportunidade exista, e essa oportunidade é o programa Defender Portugal. Um programa que começa, desde logo, nas escolas — na disciplina de Cidadania —, reforçando a introdução de conteúdos de defesa nacional; um programa de formação cívica e militar, dirigido a jovens dos 18 aos 23 anos, e que tem uma característica fundamental e indissociável, a sua natureza voluntária; um programa onde os jovens adquiram uma formação de excelência nas Forças Armadas e beneficiem de ferramentas para a sua vida — a obtenção da carta de condução gratuitamente, a valorização curricular em futuras candidaturas e uma remuneração digna; um programa onde contactam com a realidade da disciplina, da liderança, do companheirismo, do sentido de pertença a algo maior do que nós próprios e, para aqueles que livremente queiram ir mais longe, uma porta aberta para a carreira militar, informada e preparada.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal não pode ignorar a realidade à sua volta. Deve observá-la, deve interpretar os sinais e agir. No panorama internacional, verificamos que as democracias que integram a Aliança Atlântica estão a reformular e diversificar os seus modelos de recrutamento, e a reforçar a saúde mental.

Com o investimento na saúde mental dos nossos militares, garantimos mais e melhores condições para aqueles que servem diariamente o País através das Forças Armadas. Com o programa Defender Portugal, abrimos a porta às novas gerações.

Este é o nosso compromisso com quem defende Portugal hoje e com quem o vai defender amanhã.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Passamos agora ao ponto dois da nossa ordem de trabalhos, que tem a ver com as votações destes dois projetos de resolução.

Peço aos serviços que abram a verificação do quórum.

Pausa.

Pergunto às Sr.as e aos Srs. Deputados se alguém não se conseguiu inscrever.

Pausa.

O Sr. Deputado Bruno Vitorino indica que não se conseguiu inscrever. Peço então que fique aqui inscrito.

Sinalizaram também à Mesa os Srs. Deputados Armando Grave, Mariana Leitão e André Ventura, que também ficarão inscritos manualmente, bem como o Sr. Deputado Pedro dos Santos Frazão.

Pausa.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro, também.

Pausa.

Mais alguma das Sr.as Deputadas ou algum dos Srs. Deputados não se conseguiu inscrever?

Pausa.

O Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista.

Pausa.

Mais algum dos Srs. Deputados se quer inscrever manualmente?

Pausa.

O Sr. Deputado Rui Rocha, da IL, e o Sr. Deputado Leandro Luís, do PSD, também ficam registados.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, pedia o favor de manterem silêncio, senão não conseguimos avançar.

Pausa.

Bom, esperemos que não haja mais inscrições.

Peço aos serviços que encerrem a verificação do quórum. Temos 193 Srs. Deputados presentes, mais do que quórum suficiente para avançar para as votações.

Burburinho na Sala.

Sr.as e Srs. Deputados, convém que tomem atenção, senão começa a haver confusão, embora a votação seja curta.

Então, passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 899/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação do programa Defender Portugal, estabelecendo um regime de voluntariado jovem para a defesa.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PS.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O projeto baixa à 3.ª Comissão.

Vamos agora votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 900/XVII/1.ª (PSD-CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação e implementação do programa Mente Forte, que reforce a saúde mental nas Forças Armadas.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e as abstenções do PS e do BE.

A Sr.ª Deputada Inês Sousa Real pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Inês Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, acredito que esteja a pedir a palavra pela mesma razão.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr.ª Deputada, será aceite.

Portanto, está também aprovado este projeto de resolução, que baixa à 3.ª Comissão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Passamos ao ponto três da nossa ordem de trabalhos.

Pausa.

Vamos fazer um pequeno intervalo para a reconstituição das bancadas.

Pausa.

Srs. Deputados, pedia o favor que se sentassem, para iniciarmos este nosso terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consta do debate anual com o Governo sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea *b*) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia.

Para a intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional, que aqui representa o Governo. Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional** (Nuno Pinheiro Torres): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus: A Cooperação Estruturada Permanente, prevista no Tratado de Lisboa, foi instituída, em 2017, para os Estados-Membros, em conjunto, planearem, desenvolverem e investirem em projetos capacitários, e para reforçarem a prontidão operacional das suas forças armadas.

Após seis vagas de *calls* para projetos cooperativos, estão em curso 74 projetos. Portugal está envolvido em pouco mais de metade.

Antes de um breve balanço da participação portuguesa na PESCO (Permanent Structured Cooperation), permitam-me um ponto prévio: em novembro de 2023, o Conselho Europeu iniciou o processo de revisão estratégica da PESCO, com o objetivo de o adaptar à nova realidade geopolítica na Europa — máxime a guerra na Ucrânia —, e tornar o mecanismo mais eficaz.

O processo de revisão desdobrou-se em três fases: reflexão, decisão e implementação. Em termos de calendário previa-se a sua conclusão no final de 2025. Como parte daquele processo, seriam revisitados os 20 compromissos mais vinculativos que foram aceites pelos Estados-Membros participantes no momento da sua adesão. Com a conclusão dessa revisão, dar-se-ia por terminada a 1.ª fase da PESCO, correspondente aos primeiros oito anos, e abria-se a 2.ª fase a partir de 2026.

Ora, como bem sabem, os 20 compromissos mais vinculativos eram objeto de avaliação anual, através do preenchimento e entrega na União Europeia, em regra até ao final de março, do Plano Nacional de Implementação, ou PNI. Posteriormente, este era enviado à Assembleia da República — assim foi até 2025.

Com o atraso no processo de reavaliação dos compromissos mais vinculativos, neste ano de 2026 não foi enviado aos Estados participantes o habitual questionário do PNI. Em seu lugar, foi proposto o preenchimento de um outro documento, designado de *Masterplan* do Plano Nacional de Implementação.

Em que consiste este *masterplan*? Trata-se, essencialmente, de uma declaração política, não-vinculativa, em que cada Estado apresenta as suas políticas, objetivos, prioridades e planos para a 2.ª fase da PESCO, isto é, até 2030. Uma vez que não foi ainda possível aprovar os novos compromissos, este *masterplan* centra-se na visão político-estratégica dos Estados para a segunda fase da PESCO. A partir de 2027 regressam os PNI anuais, com os critérios de execução dos novos compromissos assim que estes forem aprovados pelo Conselho.

O preenchimento deste *masterplan* está a ser ultimado e tem como prazo de entrega o dia 22 de maio. Só após essa entrega poderá ser dado conhecimento ao Parlamento. Por essa razão, estamos a realizar este debate anual sem o suporte do documento.

Sobre a participação de Portugal na PESCO, duas notas: a primeira, para referir que, relativamente à 1.ª fase, e com base na avaliação dos PNI desses oito anos, é afirmado no relatório que Portugal cumpriu os compromissos mais vinculativos, de acordo com os critérios aprovados pelo Conselho; a segunda nota, para dizer que, dos 39 projetos em que Portugal está envolvido, atualmente participamos em 17, dos quais lideramos três — acrescem outros 22, em que temos o estatuto de observador.

Dos que lideramos, começo pelo projeto MUSAS (Maritime Unmanned Anti-Submarine System), de desenvolvimento do Sistema Marítimo Autónomo Antissubmarino, tem suscitado um interesse acrescido junto dos outros Estados-Membros participantes, entre outros motivos, pela necessidade de proteger infraestruturas críticas, como os cabos submarinos.

Quanto ao projeto AMIDA-UT (Automated Modelling, Identification and Damage Assessment of Urban Terrain), o mais recente, referente à modelização automatizada, identificação e avaliação de danos em terreno urbano, está a evoluir a bom ritmo, com a construção em curso de um edifício dedicado no Campo Militar de Santa Margarida. Amanhã, vai ter lugar o segundo demonstrador tecnológico na Academia Militar, seguido da 8.ª reunião da comissão de coordenação. Tem um envelope financeiro na LPM (Lei de Programação Militar) de 3,8 milhões.

Por último, o projeto CAIH (Cyber Academia and Innovation Hub), Academia Ciber e Centro de Investigação — talvez o menos avançado, por ter havido algum atraso na implementação da vertente nacional deste projeto —, tem disponível um envelope financeiro de 2,8 milhões, para a edificação de um *ciber range*, que será o primeiro no nosso país.

Em síntese, Portugal continua empenhado em tirar o maior proveito dos projetos PESCO, capacitando as Forças Armadas, potenciando a Base Tecnológica e Industrial de Defesa e envolvendo os centros de investigação da nossa academia.

Esta segunda fase da renovada PESCO, que se inicia neste ano, visa alcançar, de modo mais efetivo e com mais ambição, os objetivos subjacentes à sua criação. Contribuirá, como previsto na Bússola Estratégica, para que a União Europeia assuma uma maior responsabilidade pela sua segurança.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para fazer perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não está cá o Hugo Soares, já podem falar!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, a Cooperação Estruturada Permanente é um instrumento fundamental para o reforço da capacidade de defesa dos países da União Europeia. Como nós sempre temos dito, e agora o nosso contexto geopolítico e a guerra na Ucrânia vieram provar, inequivocamente, se queremos a paz, temos de estar muito bem preparados para a guerra.

Esta circunstância significa que o nosso Governo cumpriu, em 2025, e honrou um compromisso dos membros da aliança da NATO, que foi tido no País de Gales, de atingirmos 2 % do PIB (produto interno bruto). Este compromisso foi em 2014, mas só em 2025, pela mão do Governo da AD, foi atingido.

Isto é uma primeira nota importante, porque a capacidade que temos, como país, de honrar os nossos compromissos, no quadro da Aliança Atlântica e no quadro da União Europeia, é, do ponto de vista da nossa credibilidade no setor da defesa, absolutamente crucial. Este Governo fê-lo.

Mas também sabemos que, através da Cooperação Estruturada Permanente, os países que aderiram a esta junção de vontades, para cumprir a nossa bússola estratégica de defesa, têm a capacidade de ligar universidades, de ligar indústria, de conseguir fundos, de aprofundar tecnologia. Porque hoje em dia, a defesa faz-se, no quadro da União Europeia, através de cooperação, através de áreas da ciência e através de uma estrutura avançada de conhecimento na defesa, porque a nova guerra híbrida faz-se muito com este nível de especialização.

O País liderou e lidera três projetos muito importantes na CEP: um na área da ciberdefesa; outro na área, como vimos, da luta e do controlo submarino, particularmente importante para a nossa zona económica exclusiva e para a nossa relação com os Estados Unidos, no quadro do controlo do Atlântico Norte; e também no *software* que permite prever, à escala de detalhe, o que são os efeitos da guerra em zona urbana.

Portanto, lideramos projetos que são pioneiros e que são determinantes para o nosso posicionamento no quadro da defesa europeia.

Este debate, como o Sr. Secretário de Estado teve oportunidade de dizer, ocorre numa fase de mudança e de redefinição e, portanto, queremos vincar politicamente estes compromissos e, mais ainda, vincar e realçar o seu cumprimento — o que é inédito desde 2014 — no que diz respeito a Portugal e na sua relação com a NATO.

Finalmente, gostaria ainda de deixar uma nota que consideramos muito relevante: é crucial que o Governo se debruce e empenhe no aprofundamento da participação portuguesa a nível da indústria de defesa, quer das

grandes empresas, quer das universidades e também das PME (pequenas e médias empresas). Porque um dos segredos da nossa capacidade de alocar parte do PIB ao esforço de defesa advém da capacidade de podermos gerar mais-valia, de podermos atrair investimento, de podermos fortalecer a economia da defesa. Com os resultados que esta estratégia irá, naturalmente, libertar, serão também eles mesmos um importante contributo para os compromissos da percentagem do PIB, que somos obrigados a cumprir.

Portanto, deixo esta pergunta e esta reconfirmação de como o Governo pretende continuar a aprofundar a participação portuguesa, no quadro da CEP e no esforço europeu do pilar europeu da NATO, para a nossa contribuição para a defesa conjunta?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente. Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Moniz, é verdade que o Governo português honrou um compromisso que foi assumido em 2014, como referiu, na Cimeira de Gales. Portugal deveria ter atingido a meta dos 2 % de investimento em defesa até 2024, num prazo de 10 anos, num horizonte de 10 anos.

Após a Cimeira de Haia, foi assumido que esse compromisso devia ser garantido em 2025, e o novo compromisso foi adotado a partir de 2026, até 2035. Foi um esforço muito significativo, feito por este Governo, para conseguir que se alcançasse essa meta de 2 %.

É verdade que os projetos PESCO contribuem para o desenvolvimento das nossas capacidades, juntando, como referiu, a indústria nacional, a academia, os centros de investigação. Há projetos que lideramos que estão uma fase já bastante avançada, com a participação de empresas da nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa, mas aquele que talvez venha a ser o principal motor de desenvolvimento da nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa é o grande investimento feito no âmbito do programa SAFE.

Como bem sabem, Portugal viu ser-lhe aprovada uma verba de 5,8 mil milhões de euros para projetos para os três ramos das Forças Armadas. Estão a ser, ou vão ser, negociados os contratos para a implementação dos projetos que foram aprovados, e é ponto fundamental deste Governo conseguir a maior incorporação possível de indústria de defesa nacional em cada um desses contratos.

Nesse sentido, e para concluir, a verdade é que a defesa hoje assume uma importância fundamental, não só na Europa, mas também em Portugal. Este Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance não só para cumprir os compromissos internacionais, mas para conseguir potenciar e desenvolver a nossa Base Tecnológica e Industrial de Defesa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à fase do grupo parlamentar do Chega, que vai dividir o tempo por duas perguntas. A primeira será feita pelo Sr. Deputado Pedro Correia, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, o reforço da segurança, da defesa e da autonomia estratégica da União Europeia, incluindo a segurança marítima e a melhoria das capacidades de gestão de crises, deve ser um dos nossos objetivos inalienáveis.

A acomodação do aumento das despesas com a defesa, no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Programa SAFE, visa apoiar Estados-Membros como Portugal no investimento em áreas-chave da defesa, como a defesa antimíssil, os *drones* e a cibersegurança, e também com fundos mobilizados nos mercados de capitais e desembolsados aos Estados-Membros interessados, mediante pedido, com base nos planos nacionais.

O Sr. Ministro da Defesa, há semanas, relativizou a importância do Conceito Estratégico de Defesa Nacional — um documento que define as prioridades do Estado em matéria de defesa nacional, de acordo com o interesse

nacional —, referindo que «nem só de conceito estratégico vive a defesa» e que «não morreríamos se não houvesse»,…

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — … para, após estar há 7 meses à espera de uma resposta do Ministério de Negócios Estrangeiros em relação à autorização deste documento, que data de 2013, vir depois condicionar a lei das novas compras militares à atualização deste mesmo documento que reiteradamente atrasa o Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

Por outro lado, Portugal terá acesso a 5,8 mil milhões de euros, no âmbito do programa SAFE, esperando ainda vir a receber a primeira tranche de 876 milhões de euros.

Entretanto, o Ministério da Defesa informou ter apresentado projetos de investimento nas áreas de «munições, sistemas de satélite, sistemas terrestres, plataformas navais, sistemas não tripulados, capacidades cibernéticas e outras capacidades estratégicas mais complexas».

Por isso, pergunto como é que o programa SAFE e a Cooperação Estruturada Permanente se tocam estratégica e operacionalmente. Em segundo lugar pergunto se estão e como estão a ser feitos os investimentos neste âmbito e neste sentido.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma pergunta, tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado, Sr.ªs e Srs. Deputados, a próxima fase da Cooperação Estruturada Permanente, entre 2026 e 2030, deve marcar uma viragem clara, com menos retórica e com mais capacidade real de defesa. A atual conjuntura geopolítica deixa a Europa vulnerável a ameaças híbridas, com instabilidade no flanco leste, no espaço marítimo e no ciberespaço.

Neste cenário, Portugal precisa de um posicionamento firme e realístico, sem se deixar levar por discursos floreados e sem cair na armadilha de cedência de soberania à União Europeia, em nome de uma falsa sensação de estabilidade e de segurança.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — A paz defende-se com força, com prontidão e com soberania.

O que está em causa na Cooperação Estruturada Permanente é a necessidade de corrigir falhas de capacidade graves, aumentar o investimento na defesa e garantir que a Europa deixe de depender excessivamente de terceiros para a sua própria segurança.

Acredito que já aprendemos a lição vinda de onde a desmobilização e o desinvestimento nas Forças Amadas nos têm levado. Defendemos, por isso, uma Cooperação Estruturada Permanente para 2026-2030 assente em projetos concretos, com prazos, com metas e com resultados.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Queremos mais ciberdefesa, mais proteção marítima, mais capacidade de resposta nos três ramos das Forças Armadas e mais tecnologia aplicada à defesa!

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Mas há uma condição essencial. Numa matéria tão vital como a da defesa, a cooperação europeia não pode ser instrumentalizada para descentralizar o poder de decisão em Bruxelas e enfraquecer a soberania dos Estados-Membros.

A defesa da Europa começa cá dentro, na defesa de cada país. E Portugal deve participar nessa cooperação, sem abdicar da sua soberania, sem complexos ideológicos e sem submissão a agendas que não vão ao encontro do nosso interesse estratégico nacional.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Temos de ser vigilantes porque, sempre que uma União Europeia começa a afirmar que existem lacunas decorrentes de compromissos desiguais por parte dos Estados-Membros, o risco de mais centralização e mais cedência de soberania é iminente.

Por isso, pergunto: no horizonte de 2026-2030, quais são realmente as perspetivas do Governo para a Cooperação Estruturada Permanente? Que projetos concretos tencionam realmente priorizar?

É absolutamente necessário e prioritário investir na defesa nacional.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — E para responder tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Correia, vou começar pelo conceito estratégico.

É verdade que o documento está há alguns meses a ser, digamos, atualizado.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está desatualizado há 13 anos!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Isso deve-se, sobretudo, a duas ordens de razões. Por um lado, como já foi referido, estamos a viver um novo enquadramento geopolítico, que tem um impacto na arquitetura de segurança e defesa europeia e, consequentemente, tem impacto na nossa arquitetura de segurança e defesa, o que altera os pressupostos da versão inicial — que foi preparada e que chegou a ser aprovada em 2023 e depois na versão revista de 2024 — que, pelo facto de ter havido a realização de duas eleições, acabaram por não ter seguimento. Em função disso, e tendo em conta alterações recentes a nível do contexto securitário, estamos a fazer esta atualização.

Há uma segunda razão, que tem a ver com um elemento que penso que é hoje fundamental: o desenvolvimento tecnológico no campo de batalha. Como bem demonstra o conflito armado na Ucrânia, os sistemas automáticos e semiautomáticos não tripulados aéreos, terrestres e marítimos acabam por ter um papel preponderante, sobretudo se conjugados com a inteligência artificial. Esta revolução tecnológica de *hardware* e *software*, de robótica e digital não estava refletida ou incorporada na primeira versão do conceito estratégico. Daí que o mesmo esteja a ser revisto e atualizado em função desta realidade.

É impensável adotar um conceito estratégico, num horizonte de 5 ou 10 anos, sem incluir esta dimensão tecnológica, que irá certamente colocar grandes desafios à organização, à estrutura e à doutrina das Forças Armadas. Isto não significa que as decisões que vão a ser tomadas no âmbito do investimento em novas capacidades — seja através do SAFE seja através de outros instrumentos financeiros como a Lei de Programação Militar — estejam a ser feitos de forma discricionária ou, ainda menos, arbitrária.

Temos um conjunto de missões das Forças Armadas que estão definidas na Constituição. Temos como principal finalidade a defesa da nossa soberania, da nossa independência e da nossa integridade territorial, as missões e operações no âmbito dos compromissos que são internacionalmente assumidos, a cooperação no domínio da defesa e, não menos importante, as missões de interesse público, de proteção civil, de apoio às populações em caso de catástrofe.

Por outro lado, as prioridades da defesa estão vertidas no Programa do Governo tendo sido discutidas e adotadas nesta Câmara.

Em terceiro lugar, temos alvos capacitários que foram aprovados no âmbito do ciclo de planeamento de defesa da NATO, a que Portugal se vinculou e que está a cumprir.

Por último, existe um conceito estratégico da NATO, uma bússola estratégica da União Europeia e, portanto, as nossas decisões não são tomadas no vácuo.

Não quer isto dizer que não precisemos de um conceito. Precisamos. Mas precisamos de um conceito estratégico que seja atual, adaptado ao contexto securitário e que responda às mudanças tecnológicas em curso. As Forças Armadas sabem bem o que querem e sabem bem aquilo de que precisam. Não andam propriamente à deriva.

Para terminar, relativamente à questão colocada pela Sr.ª Deputada Patrícia Nascimento quanto à Cooperação Estruturada Permanente, queria apenas referir que, na nova fase que agora se inicia, naturalmente que esta cooperação visará acelerar o desenvolvimento do conjunto de capacidades a nível europeu, promover a interoperabilidade europeia e ganhar economias de escala.

Não está em causa a perda ou a limitação da soberania nacional. Os projetos no âmbito desta nova e renovada PESCO vão ser lançados agora, entre junho e julho, na sétima vaga de projetos. Não sabemos quais são, mas certamente que Portugal irá participar naqueles que considerar importantes para as suas Forças Armadas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao tempo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra, para formular perguntas, a Sr.ª Deputada Edite Estrela.

A Sr.ª **Edite Estrela** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro, a Sr.ª Secretária de Estado, o Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, a Europa vive hoje o contexto de segurança mais exigente depois da Guerra Fria. A guerra na Ucrânia, os conflitos no Médio Oriente, as ameaças híbridas, os ciberataques, as alterações profundas na relação com velhos aliados e a intensificação da competição geopolítica tornam evidente que a Europa tem de assumir maiores responsabilidades na sua própria defesa.

Neste contexto, a Cooperação Estruturada Permanente ganha uma relevância acrescida. Portugal esteve, e bem, entre os Estados fundadores da PESCO e deve continuar na linha da frente do seu aprofundamento, reforçando a participação ativa no desenvolvimento conjunto de capacidades, na racionalização de investimentos e no fortalecimento do pilar europeu da NATO.

Investir hoje em defesa é também investir em inovação, ciência, indústria, emprego qualificado e desenvolvimento tecnológico. A participação portuguesa na PESCO e nos restantes instrumentos europeus deve beneficiar não apenas as Forças Armadas, mas também universidades, centros de investigação, pequenas e médias empresas tecnológicas e toda a base tecnológica e industrial da defesa nacional.

Até aqui está tudo certo. O problema começa quando passamos da retórica europeia para a prática do Governo português. De facto, Sr. Secretário de Estado, é inaceitável que a Assembleia da República seja chamada a pronunciar-se sobre prioridades estratégicas do País sem conhecer previamente o documento que as enquadra.

Aplausos do PS.

Estamos hoje a debater a segunda fase da PESCO sem conhecer o chamado *master plan* que o Sr. Secretário de Estado referiu e que o Governo vai entregar em Bruxelas até 22 de maio. Ora, um investimento desta natureza e dimensão exige transparência e escrutínio, mas o Governo introduziu uma inovação: primeiro decide-se, depois informa-se o Parlamento.

Sr.as e Srs. Deputados, hoje já não é possível discutir a PESCO de forma isolada. A Cooperação Estruturada Permanente integra um ecossistema mais amplo de instrumentos europeus de reforço das capacidades de defesa em que se incluem o Fundo Europeu de Defesa e, mais recentemente, o SAFE.

Para Portugal, estes instrumentos representam uma oportunidade estratégica que deve ser bem aproveitada. Mas, também em relação ao SAFE, o Governo primou pela opacidade. O Governo apresentou em Bruxelas investimentos na ordem dos 6 mil milhões de euros — mais do que a atual Lei de Programação Militar — sem ouvir a Assembleia da República e sem qualquer esforço de consenso.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Edite Estrela** (PS): — Num contexto de investimento sem precedentes na defesa nacional, com impactos estratégicos, financeiros e operacionais de longo prazo, é fundamental garantir o maior consenso político e escrutínio democrático.

Investir mais em defesa não chega. É preciso investir melhor, com visão estratégica, coordenação europeia e valorização da nossa indústria. A política da defesa não se pode transformar numa corrida desordenada a compras avulsas no exterior nem numa sucessão de anúncios para conferências de imprensa. Exige planeamento, exige transparência, exige respeito pelo Parlamento.

Para o PS, investir nas capacidades de defesa é investir na autonomia estratégica da Europa, mas também na inovação, na competitividade e na paz.

Na sua intervenção, o Sr. Secretário de Estado falou do passado. E eu gostaria de saber que prioridades definiu Portugal para a sua participação na PESCO nos próximos anos. Que medidas está o Governo a preparar para garantir que os investimentos realizados ao abrigo do SAFE e demais instrumentos não se vão traduzir numa lista de aquisições avulsas decididas à porta fechada, mas, sim, em capacidades militares efetivas e em reforço da indústria, das universidades e dos centros de investigação nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, o Governo vai dividir o tempo de que dispõe entre os Srs. Secretários de Estado.

Para a primeira resposta, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Edite Estrela, começo por subscrever o que disse sobre o contexto europeu, sobre as ameaças que impendem sobre a Europa e sobre a necessidade de reforçar o pilar europeu de defesa.

Todavia, já não posso acompanhar a crítica que fez relativamente à falta de transparência neste processo, nomeadamente da Cooperação Estruturada Permanente.

Na intervenção inicial expliquei que este novo questionário que foi proposto em alternativa aos planos nacionais de implementação anuais, relativamente aos 20 critérios mais exigentes que preenchíamos, resultou do facto de não ter havido ainda consenso a nível das instituições europeias quanto à revisão destes 20 critérios mais exigentes.

Não havendo um novo plano nacional de implementação, optou-se por se preparar um documento mais estratégico, de natureza política, não vinculativo, sobre a visão que os Estados-Membros têm relativamente à Cooperação Estruturada Permanente para o futuro — o chamado *master plan* —, tendo sido dado aos Estados um prazo até dia 22 de maio para se submeter este documento.

Este documento está a ser trabalhado, no âmbito do Ministério da Defesa, entre os ramos, o Estado-Maior-General das Forças Armadas, os órgãos e serviços centrais do Ministério e deve estar concluído no início da próxima semana para ser avaliado e apreciado pelo Sr. Ministro.

Posteriormente, o documento será submetido na plataforma da Agência Europeia de Defesa e depois, como acontece com todos os planos nacionais de implementação, será disponibilizado e enviado ao Parlamento.

E porque acho que esta questão o justifica, queria referir que me disponibilizei para vir hoje a este debate, mas disse que viria sem o documento que no fundo suporta este debate anual. Não é o plano nacional de implementação, mas é o *master plan*. Disponibilizei-me para vir numa data posterior, em junho ou julho, quando entenderem conveniente, para discutir, uma vez que é uma oportunidade única, a PESCO já com o *master plan*. Não posso apresentar um *master plan* que ainda não está fechado, que ainda está a ser trabalhado, mas gostaria que este debate pudesse ter esse documento.

Por último, relativamente à questão das compras avulsas, quero referir que Portugal não faz compras avulsas — não o fez no passado, não o faz no presente e não fará no futuro. As aquisições que Portugal faz estão de acordo, desde logo, com a nossa Lei de Programação Militar — que foi aprovada em 2023, num Governo socialista, e está em vigor — e estão a ser feitas de acordo com o plano que foi estabelecido nessa lei.

No fundo, o instrumento SAFE está a antecipar algumas das capacidades que se encontravam previstas nessa Lei de Programação Militar para o segundo e terceiro quadriénios. Houve disponibilidade financeira da

União Europeia no sentido de apoiar os Estados-Membros a identificar as capacidades em falta e Portugal candidatou-se a este envelope financeiro.

Assim, aquilo que está a ser adquirido é o que está previsto na Lei de Programação Militar, apenas antecipando calendários.

Pela minha parte, é isto que queria dizer. Deixo a palavra à Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Tem, então, a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Europeus.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Europeus** (Inês Domingos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito obrigada pelas perguntas, Sr.ª Deputada Edite Estrela.

Queria só dar um esclarecimento adicional sobre a forma como Portugal tem cooperado com os seus parceiros, no âmbito da União Europeia.

Como os Srs. Deputados sabem, existem neste momento dois grandes programas fora o orçamento: o SAFE, que o Sr. Secretário de Estado acabou de referir, e o Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Queria dar nota de que a política que o Governo tem seguido é uma política de cooperação com os parceiros europeus, com critérios bem definidos, que são transparentes e que têm sido referidos tanto pelo Sr. Primeiro-Ministro, como pelo Sr. Ministro da Defesa Nacional, como pelo Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Portanto, não há dúvidas sobre os critérios de cooperação que temos usado com os nossos parceiros para ser tudo mais eficiente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, este debate acontece, como aliás o próprio Sr. Secretário de Estado já o reconheceu, numa circunstância relativamente caricata. Isto porque o propósito de este debate ter sido criado — e foi uma iniciativa deste Parlamento, pois nem todos os Parlamentos europeus têm este debate — foi para o Parlamento ter a oportunidade de fiscalizar a participação portuguesa na PESCO. Tratando-se de uma questão de soberania, era importante que os Deputados estivessem a par de eventuais interferências, de eventuais conflitos entre os interesses portugueses e os interesses, eventualmente, de outros Estados-Membros da União Europeia.

É por isso que este debate existe, pois é um instrumento de fiscalização da ação do Governo. Mas para essa fiscalização acontecer, preciso de ter algum documento comigo para conseguir ter uma discussão de substância sobre o que realmente está aqui em jogo.

Ora, estou a par das circunstâncias em que estamos. Está a haver uma mudança no método de trabalho da União Europeia, que faz todo o sentido, pois as circunstâncias ao nível de defesa também mudaram e, portanto, é normal que os instrumentos de trabalho se alterem à medida que isso muda. Por isso, estamos à espera que sejam publicados, que sejam entregues, os diferentes *master plan* dos Estados-Membros à União Europeia, como o próprio Sr. Secretário de Estado disse.

Por conseguinte, estamos a 10 dias da entrega do *master plan* português à União Europeia. Mas o facto de estarmos a 10 dias da entrega desse *master plan* — que é, como o Sr. Secretário de Estado disse, um documento, sobretudo político, de alto nível, que vai descrever qual é o contributo português no âmbito da PESCO — não impede o Sr. Secretário de Estado de esboçar aqui, no Parlamento, as linhas gerais, não o conteúdo, desse contributo português no âmbito da PESCO.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas nem isso o Sr. Secretário de Estado foi capaz de articular.

De facto, a sua intervenção inicial acabou por ser uma descrição quase burocrática do que está a acontecer, mas o Sr. Secretário de Estado não foi capaz de entregar ao Parlamento os princípios, as linhas gerais que vão estruturar esse tal *master plan*.

Ora, eu não acredito — e sei que o documento está a ser finalizado — que as linhas gerais desse *master plan* estejam a ser definidas a 10 dias da sua entrega. Portanto, para este debate ser substantivo, seria importante que dissesse algo mais sobre o que queremos dizer à Europa quanto ao contributo português.

A esse propósito, posso dar-lhe alguns contributos da Iniciativa Liberal.

Primeiro, Portugal tem participado em alguns programas interessantes, nomeadamente ao nível da proteção de infraestruturas críticas como cabos submarinos, tem participado em programas dedicados à cibersegurança, mas há um aspeto fundamental que nos tem faltado e que é importante que nesta nova fase da PESCO seja, finalmente, colmatado.

Havia um programa — o Programa EPC (European Patrol Corvette) — dedicado à criação de uma plataforma naval, muito vocacionado para as necessidades do Mediterrâneo. Esse programa era liderado pela Itália e Portugal participava como observador.

No ano passado, ou, penso, no final do ano anterior, foi assinada uma carta de intenção entre vários países com o objetivo de criar uma plataforma de combate naval.

É, pois, fundamental que Portugal tenha uma posição liderante num novo programa dedicado a uma plataforma de combate naval adaptada às necessidades do Atlântico. É importante também que, neste novo ciclo da PESCO, Portugal consiga inscrever nos novos programas um papel importante para o Atlântico, porque tem havido uma tendência, por parte da União Europeia, para esquecer essa dimensão.

Este é o verdadeiro contributo de valor acrescentado que Portugal pode dar, pelo que espero, e quero uma garantia sua, que o próximo *master plan* terá, de facto, tudo isso garantido.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira, começo por subscrever tudo o que disse no início da sua intervenção sobre a realização deste debate no contexto da ausência do documento fundamental que o deveria nortear.

O *master plan*, de facto, seria a base de uma discussão anual sobre a participação de Portugal na PESCO, mas, como já tive a oportunidade de referir — e não vou repetir —, disponibilizei-me para vir aqui noutra data, após a entrega do *master plan* e da sua disponibilização ao Parlamento.

Relativamente aos contributos da Iniciativa Liberal para a participação de Portugal no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente e para o projeto do qual Portugal é estado observador, o projeto EPC — no fundo, uma plataforma naval que é uma corveta —, quero dizer que Portugal é observador porque, na verdade, se trata de uma capacidade que não faz parte da sua necessidade ou ambição em termos de equipamentos da Marinha.

Penso que o Sr. Deputado está inteirado de que, no âmbito do SAFE, o maior investimento vai ser na aquisição de fragatas de última geração, com capacidade de combate, com capacidade de luta antissubmarina e com capacidade de proteção antiaérea. Essas fragatas vão ser, naturalmente, fundamentais no Atlântico para a defesa da nossa soberania e da nossa independência e integridade territorial.

Temos também outros projetos no âmbito da Marinha, para o desenvolvimento de outras capacidades navais: vamos ter, no início de 2027, a entrada ao serviço do porta-drones D. João II; temos dois reabastecedores a serem construídos, neste momento, em estaleiros na Turquia; e temos a terceira geração de navios-patrulha oceânicos a serem construídos em Viana do Castelo.

Portanto, a Marinha tem todas as capacidades navais de que necessita a serem construídas e a serem entregues, provavelmente, até 2030 ou 2031.

Vamos receber, só na Marinha, cerca de 10 a 12 novos meios navais. A principal dificuldade vai ser — e essa é uma dificuldade com que estamos a lidar já hoje — termos militares suficientes na Marinha para tantos meios ou tantas plataformas navais.

Portanto, a razão por que Portugal não participa ativamente neste projeto PESCO é porque se trata de uma capacidade em relação à qual não tem necessidade, pois tem as fragatas e os navios-patrulha oceânicos para a função de vigilância e segurança do nosso espaço marítimo.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para formular perguntas, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o debate anual sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente é uma oportunidade imperdível para reforçar o escrutínio parlamentar sobre as políticas europeias de defesa, ainda que sem o tal documento oficial que, como já aqui dissemos, faria falta para este debate ser mais enriquecedor.

A PESCO, lançada em 2017, posiciona-se como um instrumento vital para fortalecer a capacidade de resposta coletiva da Europa perante desafios de segurança globais cada vez mais voláteis, que vão desde a guerra na Ucrânia às tensões no Médio Oriente e a tensões provocadas por dinâmicas geopolíticas.

Reconhecemos a sua relevância estratégica, mas a revisão de 2023 expõe lacunas claras, pelo que é urgente uma atualização que a torne mais ágil, interoperável e alinhada com a geopolítica atual. E Portugal, como membro fundador, tem o dever de liderar essa renovação.

Num cenário de tensão permanente, o nosso País pode e deve contribuir para uma defesa nacional e europeia mais credível, eficaz e inclusiva. Isso inclui aproximar a Ucrânia das iniciativas de defesa da União Europeia, tal como preconizado nas conclusões da revisão estratégica de 2023.

Sr.as e Srs. Deputados: O Livre defende uma defesa inovadora, assente em tecnologia de ponta, de base científica e com interoperabilidade plena. Foi por isso que recomendámos ao Governo a atualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, alinhando-o com uma visão europeísta ambiciosa.

Neste quadro, o Livre advoga a criação de uma comunidade europeia de defesa, uma estrutura que aprofunde parcerias entre Estados-Membros, promova compras conjuntas de equipamentos e reduza dependências externas, sempre sem comprometer o Estado social.

Esta proposta ecoa as palavras do Comissário Andrius Kubilius, que clama por uma maior autonomia estratégica, mas alerta para os riscos apontados pelo FMI (Fundo Monetário Internacional): os investimentos em defesa não podem pôr em causa a coesão social ou a transição climática.

Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Secretário de Estado, a autonomia estratégica europeia constrói-se com um investimento sustentado, uma indústria de defesa competitiva que una ciência, tecnologia, capacidades militares e decisões consistentes. Exige alinhar a política nacional com o objetivo comum da União Europeia, sempre salvaguardando uma proteção social sólida. É importante que os investimentos em defesa impulsionem progresso inclusivo, não austeridade seletiva.

Sr. Secretário de Estado, pode garantir que os compromissos e investimentos na defesa não ponham em causa a defesa do Estado social e da transição climática e que inclusivamente a defendam?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Filipa Pinto, vou começar precisamente pelo fim.

Portugal tem conseguido cumprir os seus objetivos e os seus compromissos internacionais sem pôr em causa o Estado social.

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Foi um compromisso assumido pelo Primeiro-Ministro e por este Governo que o aumento do investimento em defesa seria feito de uma forma criteriosa, responsável e racional.

Vou-lhe dizer que, relativamente a 2025, que é o ano em relação ao qual temos os números mais atualizados, Portugal reportou à NATO, no âmbito do seu compromisso assumido em Gales, despesas correspondentes a cerca de 2 % do produto interno bruto — aquilo que foi assumido e confirmado, nomeadamente, na Cimeira de Haia.

Ter alcançado este valor, posso dizer, foi um enorme desafio, mas também foi um enorme sucesso coletivo. Entre 2014 e 2024, só por duas vezes ultrapassámos 1,5 % do PIB em investimento em defesa. Apesar dos muitos planos apresentados por Portugal a cada cimeira que ocorria na NATO, a verdade é que, durante esse período, o nosso investimento em defesa andava sempre entre os 1,3 % e 1,4 %, e por duas vezes chegou a 1,5 %. Este Governo conseguiu, em 2025, passar de uma previsão de cerca de 1,56 % ou 1,58 % de despesa em defesa para, no final do ano, cerca de 2 %.

Houve um reforço do investimento em novas capacidades, houve um trabalho interministerial de ver quais as despesas que ocorriam noutros ministérios e que eram elegíveis para efeitos também desta meta de 2 %, nomeadamente a nível de resiliência de infraestruturas críticas, e conseguimos atingir esta meta que tinha sido proposta e assumida por Portugal.

Ainda mais relevante é que, no final do ano, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) reviu em alta, positivamente, o crescimento do PIB, o que levou a que, de um momento para o outro, houvesse necessidade de encontrar, para justificar, mais cerca de 200 milhões de despesa em defesa.

Queria dizer que este objetivo foi alcançado em 2025, com *superavit* nas contas públicas e sem qualquer redução das despesas sociais. Isto é, mantivemos, como foi prometido, as funções sociais do Estado e estas não foram afetadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o debate anual sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente é útil para reafirmar que o envolvimento de Portugal neste mecanismo de direção supranacional é contrário aos interesses do País, das Forças Armadas e do povo português.

Este mecanismo compromete a soberania e a independência nacional e é mais uma forma de nos arrastar para o precipício, para a corrida aos armamentos, a mando da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e da União Europeia, para a loucura da guerra e o aprofundamento galopante das dimensões militaristas e federalistas da União Europeia — mais um passo no sonho de um exército europeu que alguns acalentam.

O Sr. **Ricardo Carvalho** (PSD): — Isto estava a correr tão bem!…

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Devíamos desarmar isto tudo!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Mais exigência, mais submissão, mais dinheiro que nunca falta para as armas, para a destruição e para a morte, desviado dos orçamentos da saúde, da educação, da habitação, da cultura, do desporto e do investimento público em infraestruturas críticas que há décadas não saem do papel.

É essencial preservar a liberdade de decisão do Estado português sobre prioridades de empenhamento de recursos financeiros em programas que temporalmente se podem estender por muitos anos.

Reafirmamos que este caminho não corresponde aos interesses do povo português. É o próprio texto do relatório *Portugal na União Europeia – 2025* que escreve o que o PCP denuncia há décadas. Cito dois trechos: «[…] este quadro possibilita que os Estados-Membros […] invistam em projetos que respondam às necessidades da União Europeia» e «[…] a melhoria das capacidades de defesa dos Estados-Membros beneficiará a NATO, reforçando o seu pilar europeu».

Ora, Sr. Secretário de Estado, até quando o interesse nacional continuará a sucumbir aos interesses belicistas da União Europeia e dos Estados Unidos? Até quando o seu Governo vai continuar a arrastar o País para o envolvimento nas agressões aos povos, contrariando frontalmente a Constituição da República e o interesse do povo português?

Aplausos do PCP.

A Sr.ª **Patrícia Nascimento** (CH): — Há lá Constituição na Coreia?!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, nós temos aqui uma divergência profunda relativamente a uma matéria que é conhecida.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Temos, temos!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Queria começar por dizer que vivemos, na Europa, um período longo de paz, cerca de 70 anos, e esse período de paz deveu-se, essencialmente, por um lado, à existência de uma aliança político-militar, que garantiu a segurança da Europa durante todo o período da Guerra Fria, e depois também às instituições europeias, à Comunidade Económica Europeia e depois, mais tarde, à União Europeia, o que permitiu o desenvolvimento económico e social dos países europeus.

Ora, esta arquitetura de segurança e defesa e tudo aquilo que foi este caminho feito relativamente à prosperidade na Europa foram postos em causa por um ato de agressão da Rússia perpetrado contra um outro país soberano, a Ucrânia. A Europa viu-se confrontada, depois de várias décadas, com um conflito armado em larga escala no seu território.

Naturalmente, é necessário que a Europa tenha as condições para promover a sua defesa e que essa defesa não fique dependente de terceiros. É esse o objetivo que está traçado na Bússola Estratégica e é esse o objetivo de todos os programas financeiros e de todos os programas cooperativos que a União Europeia lançou: criar as condições para que a defesa da Europa seja feita pelos europeus.

Naturalmente, o que se pretende é desenvolver o pilar europeu de defesa, mesmo dentro da Aliança Atlântica, uma vez que os Estados Unidos vão continuar a apoiar a NATO, mas remetem a defesa convencional da Europa aos europeus.

Portanto, concluo da seguinte forma: Sr. Deputado, não está em causa, nem está prevista, nem o Governo defende a criação de um exército europeu. O que está em causa é o desenvolvimento conjunto de capacidades entre os vários Estados europeus para assegurar a nossa defesa, a defesa da Europa e a defesa do nosso território.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para questionar o Governo, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, o contexto em que fazemos este debate da avaliação anual da PESCO é diferente, já o foi dito. Não temos a mesma base para análise, mas temos uma base importante para a questão das políticas de defesa.

A primeira nota é aquela que o Sr. Secretário de Estado ainda há pouco referiu, de termos conseguido, no ano de 2025, atingir o objetivo de 2 % de despesa em defesa, com duas notas muito relevantes: uma é que isso foi atingido em *superavit* e a segunda é que, ao contrário do que ainda agora referia o Sr. Deputado Alfredo Maia, isso foi feito sem pôr em causa as políticas sociais do Estado. Portanto, foi possível compatibilizar equilíbrio de contas, investimento em defesa e manutenção das funções sociais do Estado.

Depois, entra a PESCO. É possível compatibilizar isto também com, por um lado, a defesa do pilar atlântico e da importância da NATO e, por outro lado, a valorização do pilar europeu. Ou seja, nós — quando digo «nós», é Portugal e a Europa — não deixamos de ter uma participação ativa no âmbito da NATO, e faz todo o sentido que assim seja, e, ao mesmo tempo, não estamos exclusivamente dependentes dessa participação na NATO, pois temos o desenvolvimento de uma política de defesa europeia — não de um exército europeu, mas de uma política de defesa europeia, de uma política que não substitui a soberania de cada um dos Estados, mas que articula investimentos, desenvolvimento de capacidades e investigação. Portanto, tudo isso entra nos projetos da PESCO.

A primeira pergunta que faço ao Sr. Secretário de Estado tem a ver com a questão da fragmentação, que é também importante. A Europa, ao longo dos últimos anos, teve um desinvestimento em defesa e mesmo o investimento que fez, fê-lo de forma fragmentada. O exemplo clássico é o dos carros de combate — na Europa, existem 12 diferentes. Compara-se com os Estados Unidos e depois aí percebemos que quer em tecnologia, quer em custos, quer em operacionalidade, isto tem um custo relevantíssimo e uma dificuldade crescida. Portanto, pergunto se o entendimento é o de que estamos a conseguir combater essa fragmentação com este tipo de projetos da PESCO.

A segunda pergunta é sobre a articulação destes com o SAFE. Até que ponto é que o SAFE, como novo passo do investimento em defesa no contexto europeu, permitirá avançar em relação àquilo que existia nos projetos da PESCO e de que forma é que isso pode beneficiar as indústrias nacionais, incluindo as indústrias nacionais que estão também a desenvolver a sua capacidade na área da defesa?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado João Almeida, queria só sublinhar aquilo que disse, porque acho que é importante referir que todo o investimento que foi feito em defesa, no ano de 2025, foi significativo, com um reforço substancial na aquisição de novas capacidades, e foi feito mantendo o equilíbrio nas contas públicas.

Quanto à questão do pilar europeu da NATO, é o caminho que a Europa está a trilhar e é o caminho que a Europa deve trilhar. A verdade é que não faz sentido que os responsáveis pela nossa segurança sejam outros Estados. Quem deve ser responsável pela própria segurança, nomeadamente do seu território, são os Estados europeus.

A participação norte-americana, como foi claramente transmitido pelos seus dirigentes do departamento de defesa e como está na sua estratégia nacional de defesa, é a de colaborar e apoiar, onde necessário, a defesa convencional da Europa, garantindo — e é aquilo que é mais importante — o guarda-chuva nuclear, que faz parte do compromisso assumido no âmbito da NATO.

Quanto à questão do exército europeu, como já referi, não há exército europeu. Nós falamos de uma política comum de defesa e não de uma defesa comum, que são coisas completamente diferentes.

Sobre a questão da fragmentação, essa é uma discussão importante. Foi identificado claramente no *Relatório Draghi* sobre a competitividade que, no âmbito da defesa, ocorria, pelo facto de sermos 27 Estados-Membros com 27 Forças Armadas, naturalmente, uma fragmentação das principais plataformas. A PESCO contribui, de forma ainda relativamente reduzida, para a redução dessa fragmentação, uma vez que as grandes plataformas não estão abrangidas pelos projetos PESCO.

Por outro lado, é, digamos, sempre difícil conseguir encontrar um consenso entre todos os Estados-Membros da União Europeia para o desenvolvimento de capacidades, uma vez que muitos deles têm interesses, relativamente à proteção das suas indústrias de defesa, que dificultam o desenvolvimento comum de capacidades. Mas penso que o SAFE é um instrumento que permitirá contribuir para a redução dessa fragmentação e é o caminho que…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para fazer perguntas, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Portugal prepara-se para o maior esforço de investimento militar das últimas décadas, sem paralelo desde a guerra colonial.

Só no SAFE: 5,8 mil milhões de euros, 45 anos para pagar, execução até 2030. E o Governo quer executar tudo isto em condições de reserva, sem a transparência exigida e com fiscalização parlamentar reduzida.

Denúncias recentes sobre a contratação na área da defesa revelam que, em 50 consultas prévias, foram convidadas três empresas, e as três tinham os mesmos donos. Três propostas, um titular, concorrência consigo próprio.

Não foi um caso isolado, são 3000 contratos, 20 grupos empresariais, dezenas de milhões de euros de despesa pública. Marido e mulher, curiosamente em empresas diferentes, a assinarem contratos para o mesmo equipamento, no mesmo quartel, com duas semanas de diferença. Uma das sociedades, constituída a 29 de março, obtém a primeira adjudicação a 4 de abril; uma semana de existência, 50 000 €, um sucesso digno da medalha de mérito empresarial.

Se a fiscalização na área da defesa não viu isto em cinco anos — três empresas com os mesmos donos, a concorrer entre si para reparar máquinas de lavar ou comprar cães —, o que verá quando os contratos forem reservados e o objetivo for mesmo o de comprar fragatas de milhares de milhões de euros?

Sr. Secretário de Estado, uma última nota, porque o Governo tem repetido esta mentira várias vezes. A Europa, infelizmente, não teve 75 anos de paz. Teve guerras violentíssimas na década de 90 que envolveram, inclusivamente, a participação das Forças Armadas portuguesas — essa correção ficava-lhe bem.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, começarei mesmo por essa referência à guerra nos Balcãs, que ocorreu na Europa, na década de 90. Foi uma guerra que resultou da implosão, da desintegração de um país, a Jugoslávia, que fazia parte do Pacto de Varsóvia…

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

… ou do Bloco de Leste.

Foi uma guerra que ocorreu num contexto muito particular, uma guerra que teve uma dimensão também étnica e religiosa, e que resultou, de facto, da implosão da Jugoslávia. Foi totalmente diferente do conflito armado que hoje temos, no fundo, na fronteira da União Europeia ou da NATO, se quiserem, com um Estado que agride um outro Estado, soberano e independente, que é a Ucrânia. Portanto, acho que esta correção também deve ser feita, porque as situações não são comparáveis.

Relativamente à questão da transparência, Sr. Deputado, também vi essa notícia desses contratos que foram celebrados com empresas que pertenciam essencialmente às mesmas pessoas. Posso dizer que nenhum desses contratos — pelo menos de que eu tenha conhecimento — foi celebrado a partir deste Governo ou do Governo anterior, presididos pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro. Portanto, penso que são contratos anteriores e não dizem respeito a este atual Governo.

Por fim, quanto à transparência, queria só dizer que está a ser discutido, e vai ser aprovado esta semana, um novo mecanismo para, digamos, a fiscalização e monitorização dos investimentos do SAFE.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, era para solicitar à Mesa que distribuísse ao conjunto das bancadas, nomeadamente à bancada do Governo, a lista de países que integraram o Pacto de Varsóvia, do qual a Jugoslávia não fazia parte.

E pedia que distribuísse também a todas as bancadas, inclusivamente à do Governo, o comunicado do Governo, de 2008, que condenou a invasão por parte da Rússia ao território da Geórgia,…

Protestos do CH.

… para que seja reposta a factualidade histórica. É o mínimo que se exige num debate sobre defesa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa assim fará, se fizer chegar os documentos à Mesa.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Quando foi sobre os contratos do PS, ficaste calado!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, para fazer perguntas ao Governo, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, relativamente ao contexto internacional e tendo presente os múltiplos desafios que enfrentamos, nomeadamente a nível da cooperação entre Estados-Membros, parece-nos importante perceber, em matéria de investimentos em defesa, o que está previsto em relação à guerra híbrida, com as ofensivas cibernéticas e tecnológicas que são cada vez mais comuns.

Não podemos ignorar também, em particular — e o Sr. Secretário de Estado e a Sr.ª Secretária de Estado já aqui nos trouxeram alguns esclarecimentos —, que Portugal participa em alguns programas deste tipo, no âmbito da Cooperação Estruturada Permanente, como é o caso do projeto para a criação de uma plataforma para a partilha de informações sobre ameaças cibernéticas e resposta a incidentes, que se encontra na terceira fase de implementação.

Gostaríamos de perceber quais as conclusões que retiram da participação de Portugal nestes projetos e de que forma é que podem ajudar as Forças Armadas Portuguesas na preparação de ataques deste género, que são, sem dúvida, um desafio presente.

Por outro lado e para além disto, as alterações climáticas também têm um impacto nas infraestruturas essenciais do Estado, nomeadamente no que pode ser um compromisso da própria defesa nacional. Nesse sentido, temos defendido que cada investimento na guerra tem de se traduzir também em investimento na preparação e adaptação do território.

Recordo que, em 2025, Portugal investiu, pela primeira vez, 2 % do seu PIB em defesa, mas falta o investimento correspondente nas infraestruturas críticas, como os caminhos de ferro ou as pontes — precavendo a preparação de Portugal para ofensivas —, o que pode pôr em causa a integridade do nosso País, inclusive a nível dos ataques que possam existir, por exemplo, a lençóis freáticos ou, até mesmo, a fontes de abastecimento de água.

Por isso mesmo, gostaríamos de saber o que é que está a ser pensado, em termos de investimento neste domínio.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, os investimentos no âmbito da ciberdefesa estão a ser feitos já há alguns anos, no âmbito das verbas disponíveis na Lei de Programação Militar.

Tem havido um reforço da capacidade do Estado-Maior-General das Forças Armadas a nível, até, de recursos, de pessoas especialistas nessas áreas. E um dos projetos que lideramos, no âmbito da PESCO, é precisamente no âmbito da ciber. Está prevista — e espero que se concretize este ano, como referi na minha intervenção inicial — a aquisição de um *cyber range* que servirá não apenas para a ciberdefesa, mas também para a cibersegurança, e será o primeiro equipamento dessa natureza em Portugal.

Relativamente à questão das alterações climáticas e infraestruturas essenciais do Estado, posso dizer que foi recentemente aprovado o PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência), que, para além da recuperação do que foi destruído, tem dois outros pilares: o pilar da resiliência e o pilar da transformação. Nestes pilares está previsto o reforço das nossas capacidades, não apenas em matéria de cibersegurança, mas também a nível das infraestruturas críticas.

Portanto, nos próximos anos, haverá investimento feito de acordo com as necessidades identificadas de reforço da resiliência das nossas infraestruturas energéticas e de outras infraestruturas críticas.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra agora, para fazer perguntas, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr. Secretário de Estado, quando falamos de Cooperação Estruturada Permanente e da política europeia de defesa, há uma verdade que Portugal não pode continuar a ignorar: o País só tem a dimensão estratégica que tem por causa das regiões autónomas.

Isto é, sem a Madeira e os Açores, Portugal não teria a projeção atlântica, não teria a dimensão marítima nem a relevância geoestratégica que hoje lhe conferem peso na União Europeia e na NATO. É graças às regiões autónomas que Portugal multiplica a sua zona económica exclusiva, reforça a sua centralidade no Atlântico e assume importância nas rotas marítimas, seja na vigilância, na segurança ou na defesa europeia.

Por isso, considero incompreensível que tantas vezes o Estado olhe para as ilhas como uma periferia, quando são precisamente as ilhas que dão centralidade estratégica ao País. Nessa medida, entendo que devem ser tratadas como ativos estratégicos nacionais e europeus no âmbito da vigilância, da segurança e da defesa.

Sempre defendi que uma participação forte de Portugal na construção europeia deve exigir coerência, e quem beneficia da dimensão atlântica das regiões autónomas tem também o dever de investir nelas, respeitá-las, integrá-las verdadeiramente nas suas decisões estratégicas.

Portanto, Sr. Secretário de Estado, deixo-lhe uma pergunta muito simples, a de saber se concorda ou não com a seguinte constatação: a soberania portuguesa no Atlântico não acaba no continente; começa, muitas vezes, nas ilhas da Madeira e dos Açores.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, respondendo à questão sobre se concordo com a constatação que fez no final, de que a soberania portuguesa no Atlântico não começa no continente, mas sim nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, eu posso, simplesmente, concordar consigo.

É verdade que a nossa dimensão estratégica é potenciada pelo facto de termos dois arquipélagos no Atlântico. Isso permite-nos ter um espaço ímpar de soberania e jurisdição marítimas na Europa, o que implica também uma responsabilidade de garantir a segurança desses espaços. Daí que a aquisição dos meios navais que está em curso para a Marinha portuguesa e o reforço das capacidades de fiscalização estão alinhados, precisamente, com a visão de que devemos garantir a nossa presença contínua, com meios navais, em todo o espaço atlântico.

Os Açores e a Madeira certamente sairão beneficiados com este reforço de capacidades, uma vez que haverá maior capacidade naval e maior presença junto dos dois arquipélagos.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, os nossos trabalhos estão terminados por hoje.

Retomamos amanhã, às 15 horas, com a agenda que está disponível nos meios informáticos do *site* da Assembleia da República.

Muito boa tarde e muito obrigado, Sr.as e Srs. Deputados e Membros do Governo.

Está, assim, encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Resolução n.º 900/XVII/1.ª:

O Livre votou a favor do Projeto de Resolução n.º 900/XVII/1.ª, do PSD e do CDS, por reconhecer a importância da saúde mental no seio militar, que pela especificidade inerente exige respostas dedicadas e a necessidade de uma abordagem preventiva que inclua as famílias e permita a deteção atempada de necessidades de apoio, de perturbações ou de doença mental. Reconhecer a importância da saúde mental neste âmbito e designar um programa de «mente forte» soa, todavia, a contradição e estigmatização, que se rejeita. Por outra via, o Livre defende que o alinhamento exclusivo com as normas da NATO é insuficiente, devendo ser alargado a outra documentação referencial, de que se destaca aquela de que as Nações Unidas dispõem e aplicam às forças de paz, que atuam em cenários de conflito.

O Grupo Parlamentar do Livre.

Nota: *A declaração de voto anunciada pela Deputada do PAN Inês de Sousa Real não foi entregue no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.